

RAÍZEN S.A.

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SEREM REALIZADAS EM 22 DE JULHO DE 2022

MANUAL E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Manual e Proposta elaborada pela Administração da Raízen S.A., nos termos e para os fins da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas em 22 de julho de 2022.

22 de junho de 2022

RAÍZEN S.A.

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SEREM REALIZADAS EM 22 DE JULHO DE 2022

Sumário

1. CARTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	5
2. OBJETO.....	9
3. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS.....	10
4. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL VIA SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO REMOTA.	11
5. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL VIA BOLETINS DE VOTO A DISTÂNCIA.....	15
6. REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	19
7. MAIORIA PARA APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS	20
8. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL	20
9. ANÁLISE DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	21
9.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2022.....	21
9.2. Proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de março de 2022 e de distribuição de dividendos.....	22
9.3. Fixação da remuneração global anual dos para o exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2023	23
Valor global da remuneração dos administradores	25
Remuneração destinada ao Conselho de Administração	26
Remuneração destinada à Diretoria	27
Remuneração Fixa	28
Remuneração Variável de Curto Prazo.....	28
Remuneração Variável de Longo Prazo – Regramento Geral dos Programas de Outorga Ativos.....	29

Comparação entre a remuneração proposta neste exercício e realizada no exercício anterior	29
9.4. Instalação do Conselho Fiscal.....	31
10. ANÁLISE DA MATÉRIA A SER DELIBERADA EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	32
10.1 Ratificação do programa de recompra de ações de emissão da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 06 de janeiro de 2022 em conformidade com o disposto na Resolução CVM n.º 77, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 77/22”) e nas demais normas aplicáveis.....	32
11. CONCLUSÃO.....	34

RAÍZEN S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME n.º 33.453.598/0001-23

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SEREM REALIZADAS EM 22 DE JULHO DE 2022

**MANUAL E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS
GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Senhores Acionistas,

A administração da **RAÍZEN S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso 81, 36º andar, sala 32B109, CEP 20031-004, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 33.453.598/0001-23, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” (“Companhia”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81/22”), vem apresentar a V. Sas. o presente manual e proposta (“Proposta”) a ser submetida à deliberação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, a serem realizadas, em 22 de julho de 2022, às 10:00h, de modo exclusivamente digital (“Assembleias Gerais”), por meio de sistema eletrônico informado abaixo, sem a possibilidade de comparecimento físico. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais serão consideradas como realizadas na sede da Companhia, conforme disposto no art. 5º, III, §3º da Resolução CVM 81/22.

1. CARTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Como uma Companhia comprometida com o desenvolvimento sustentável do Brasil, durante a safra 2021/2022 avançamos com nossa agenda de negócios, investindo na ampliação do portfólio, construção de novas plantas, otimização de processos e em tecnologia e inovações, que preservam nosso modelo de atuação único e que nos permite olhar adiante, elevando a nossa atuação a um patamar de protagonismo na transição energética e gerando ainda mais valor para nossos *stakeholders*.

Mesmo em um ambiente desafiador, este ano marcou mais uma etapa da jornada de crescimento da Companhia. No mesmo período em que celebramos uma das maiores ofertas públicas iniciais de ações da história da B3, reforçamos a segurança como valor inegociável para a Companhia e encerramos a safra com zero fatalidades e os menores índices de incidentes com afastamento, evidenciando o amadurecimento do nosso Sistema de Excelência Raízen, o SER+. Também concretizamos o maior número de fusões e aquisições em uma safra. Além da integração dos ativos da Biosev, acrescentamos novas fontes de energia renovável ao nosso portfólio com a aquisição da Gera, aceleramos a rede de recarga do segmento de mobilidade elétrica no Brasil através de uma parceria com a Tupinambá Energia, ingressamos no mercado brasileiro de lubrificantes, e passamos a operar os ativos da Shell no Paraguai – aproveitando sinergias entre as operações de distribuição de combustíveis na América do Sul.

Com um time comprometido com a sustentabilidade e que busca oportunidades constantes sem perder o foco no planejamento e execução dos projetos estratégicos de longo prazo, fomos capazes de entregar excelentes resultados e de desenvolver ainda mais nossa agenda de ESG (*Environmental, Social and Governance*). Oferecer produtos e soluções capazes de promover a descarbonização da matriz energética e potencializar negócios de forma sustentável é o que faz da Raízen uma empresa integrada e referência global.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022, a Companhia apurou lucro líquido consolidado no montante de R\$ 3.149.563.000 (três bilhões, cento e quarenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e três mil reais), o maior de sua história. O resultado reflete o engajamento e comprometimento dos nossos colaboradores, do foco em segurança das

pessoas e dos ativos, na implementação de uma estratégia bem definida e consistência em nossas ações. Avancamos em nossa jornada de melhoria dos índices agrícolas e industriais que irão ditar o rumo da produtividade no futuro, mesmo com o severo impacto do clima na safra. Nossa capacidade em precificar os produtos renováveis e o açúcar, bem como nosso foco em eficiência das operações, maximização dos ganhos com comercialização e maior participação na venda direta para o destino, mais que compensaram a menor disponibilidade de cana-de-açúcar. Integramos os ativos e o time da Biosev de forma eficaz, ampliando a nossa escala. Em Marketing & Serviços, nossa plataforma integrada se beneficiou da retomada do consumo para alavancar as vendas, assim como da otimização da estratégia e gestão da cadeia de suprimentos e comercialização.

Para mais informações, recomendamos a leitura das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS da Companhia do exercício social encerrado em 31 de março de 2022, bem como o Relatório da Administração e Release de Resultados, já disponíveis em <https://ri.raizen.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>.

REMUNERAÇÃO. A Administração propõe à Assembleia Geral a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, para a safra de 2022'2023, no montante de até R\$ 138.367.848,48 (cento e trinta e oito milhões, trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), englobando toda e qualquer forma de remuneração, incluindo, mas não se limitando a, salário, pró-labore, remuneração variável, plano de incentivo lastreado em ações, benefícios diretos e indiretos, dentre outros de natureza similar.

A remuneração global anual é fixada visando o reconhecimento por desempenho e a retenção de executivos da Companhia, alinhada aos interesses dos nossos acionistas, bem como a coerência e a competitividade com as práticas de mercado evidenciadas pelas pesquisas contratadas pela Companhia.

DEMAIS MATÉRIAS DESTA ASSEMBLEIA. Nesta Proposta, trouxemos também a ratificação do programa de recompra de ações de emissão da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 06 de janeiro de 2022, com o intuito de atender obrigações decorrentes de planos de remuneração em ações da Companhia e maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma gestão eficiente de capital.

ESG. A Raízen integra os aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança para gerar e compartilhar valor junto aos nossos stakeholders, pois isso é o que garante a perenidade, a competitividade e a responsabilidade dos nossos negócios. Com intuito de reforçar o compromisso com a alocação sustentável de capital e garantir a consistência com os compromissos assumidos, criamos a Vice-presidência de Estratégia e Sustentabilidade (“*Chief Strategy Officer*”), combinando as áreas de Estratégia, Novos Negócios, M&A e Sustentabilidade, sob a liderança de Paula Kovarsky, reforçando a evolução da governança no tema ESG dentro da Companhia, deixando-o ainda mais próximo das discussões estratégicas e da tomada de decisão.

Aumentamos a diversidade em nosso Conselho de Administração com a eleição de Luciana de Oliveira Cezar Coelho e Sonat Burman-Olsson como membros independentes. Com a chegada das novas conselheiras, a Raízen foi certificada com o selo Women on Board, iniciativa apoiada pela ONU Mulheres, reforçando o empenho em criar um ambiente corporativo mais diverso. Nesse sentido, ressaltamos que o Comitê de Auditoria da Raízen inovou ao ser composto apenas por mulheres, tendo como coordenadora a Patricia Verderesi, além das Conselheiras Luciana de Oliveira Cezar Coelho e Sonat Burman-Olsson.

Com a integração das unidades Biosev, alavancamos ainda mais nossas operações sustentáveis, uma vez que a Biosev trouxe unidades certificadas nos padrões Bonsucro, LCFS-CARB, RenovaBio, RFS2-EPA e Selo Energia Verde (UNICA).

Também fomos destaque em algumas das principais avaliações de sustentabilidade do Mercado, passando a fazer parte da ‘A-List’ do CDP de empresas que lideram a incorporação das mudanças climáticas no seu modelo de negócios. Esse é o nível mais alto do ranking CDP e reforça o protagonismo em gestão climática da Companhia como um dos agentes da descarbonização da matriz energética global.

Aderimos ainda ao Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. O movimento nos aproxima de mais de 19 mil lideranças globais, das quais 1.400 só no Brasil. Atitudes como essas refletem a forma como integramos os *stakeholders* à nossa gestão, gerando e compartilhando valor com toda a nossa cadeia.

Em dezembro de 2021, lançamos a mercado uma RCF (*Revolving Credit Facility*) atrelada a metas de diversidade e certificação de produção sustentável (certificação

Bonsucro). Foi a primeira emissão vinculada à aspectos ESG feita pela Companhia. Em fevereiro de 2022, lançamos mais um instrumento financeiro ligado a sustentabilidade: a primeira emissão de debêntures atrelada a metas de diversidade e certificação de produção sustentável (certificação Bonsucro), captando um total de R\$ 1,2 bilhões, após a liquidação ocorrida em abril de 2022. As metas receberam chancela independente quanto a seus níveis de materialidade e ambição, um importante reconhecimento externo da relevância dos nossos compromissos 2030.

De forma a reforçar a liderança no processo de transição energética e descarbonização, revisamos nosso posicionamento climático, tornando-o mais robusto e com novos compromissos públicos. Nesse sentido, ampliamos de 10% para 20% a meta de reduzir a pegada de carbono de etanol e assumimos novas metas, como ampliar para 80% a produção e a oferta de energia renovável, reduzir 10% da intensidade de carbono do uso do produto – reforçando a nossa responsabilidade pelas emissões indiretas de gases do efeito estufa (GEE) fora de nossas operações (Escopo 3) – entre outras atreladas aos nossos temas materiais.

Para mais detalhes e informações sobre as iniciativas, compromissos e avanços da Companhia no âmbito social, ambiental e de governança, recomendamos a leitura do nosso RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, que estará disponível a partir julho de 2022 no site da Companhia: <https://www.raizen.com.br/agenda-esg/transparencia/relatorio-anual>.

A Administração da Raízen S.A.

2. OBJETO

O objeto desta Proposta é descrever as instruções para participação das Assembleias Gerais, bem como as matérias que serão examinadas, discutidas e votadas. Conforme Edital de Convocação que será publicado na forma da Lei das S.A.

As Assembleias Gerais terão a seguinte ordem do dia:

(A) Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2022;
2. Aprovar a proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de março de 2022 e de distribuição de dividendos;
3. Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2023.

(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Ratificar o programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 06 de janeiro de 2022, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Resolução CVM n.º 77, de 29 de março de 2022, e nas demais normas aplicáveis.

Conforme ordem do dia das assembleias gerais acima, nos termos do Estatuto Social da Companhia, os acionistas titulares de ações preferenciais não possuem direito a voto, cabendo apenas aos acionistas detentores de ações ordinárias votar referidas matérias nas assembleias gerais. Não obstante, os Acionistas detentores de ações preferenciais poderão comparecer à assembleia e discutir referidas matérias submetidas à deliberação pelos Acionistas detentores de ações ordinárias, conforme prevê o artigo 125, § único, da Lei das S.A.

3. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS

A administração da Companhia, em atendimento ao disposto nos artigos 133 e 135 da Lei das S.A., das normas Resolução CVM 81/22, e das normas da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80/22”), coloca à disposição dos Senhores Acionistas, com 1 (um) mês de antecedência da data marcada para realização das Assembleias Gerais, os seguintes documentos:

- (i) Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de março de 2022;
- (ii) Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2022;
- (iii) Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- (iv) Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as demonstrações financeiras;
- (v) Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário;
- (vi) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes;

- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras;
- (viii) Formulário de demonstrações financeiras padronizadas;
- (ix) Boletins de voto a distância;
- (x) A presente Proposta para as Assembleias Gerais com seus respectivos anexos;
- (xi) Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021; e

Os documentos arrolados acima estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://ri.raizen.com.br>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (http://www.b3.com.br/pt_br/) na rede mundial de computadores.

4. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL VIA SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO REMOTA.

Os acionistas ou seus procuradores (“Participantes”) que se habilitarem no prazo para participação de modo digital receberão um e-mail de confirmação de cadastro.

Até o dia 20 de julho de 2022, a Companhia enviará aos Participantes que tiverem se cadastrado um e-mail contendo o link, senha de acesso e demais informações necessárias para a participação através da plataforma digital Chorus Call.

Caso o Participante cadastrado não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso à plataforma Chorus Call, deverá entrar em contato com a

Companhia até as 18h00 do dia 20 de julho de 2022 pelo e-mail ri@raizen.com, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) as instruções para acesso.

Para acessar a plataforma digital Chorus Call, o Participante precisará ter acesso a um computador com câmera e áudio que possam ser habilitados. A Chorus Call recomenda que a sua plataforma seja acessada através do navegador Google Chrome. A plataforma digital Chorus Call permite ao participante que acesse o áudio e vídeo das Assembleias Gerais, bem como se manifeste, através do microfone do seu computador.

A plataforma digital da Chorus Call tem capacidade para suportar até 100 (cem) Participantes através do acesso via computador. Caso o número de Participantes supere esse número, os Participantes adicionais acessarão as Assembleias Gerais através de plataforma de audioconferência. Se for esse o caso, os dados para acesso via audioconferência serão enviados ao Participante por e-mail, até 24 (vinte e quatro) horas antes do início das Assembleias Gerais.

Na data das Assembleias Gerais, o link de acesso à plataforma digital Chorus Call estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos antes do início das Assembleias Gerais e até 5 (cinco) minutos após o horário de início das Assembleias Gerais.

A Companhia recomenda aos Participantes que se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a plataforma. No dia das Assembleias Gerais, a Companhia recomenda ainda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação nas Assembleias Gerais com a devida antecedência.

As informações de acesso serão individuais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas pelo participante cadastrado.

Na data das Assembleias Gerais, o acionista devidamente cadastrado que registrar sua presença de modo digital por meio do sistema eletrônico Chorus Call será considerado presente às Assembleias Gerais e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 47, inciso III e parágrafo único, da Resolução CVM 81/22.

Será de responsabilidade exclusiva do Participante assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a plataforma digital. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do Participante. As Assembleias Gerais serão gravadas, nos termos do artigo 28, §1º, inciso II da Resolução CVM 81/22.

Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., para participar das Assembleias Gerais os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos:

- (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso;
- (ii) comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia;
- (iii) procuração com reconhecimento de firma do outorgante ou assinada digitalmente por meio de certificado digital (ICP-Brasil), em caso de participação por meio de representante; e/ou

- (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) participar das Assembleias Gerais como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas nas Assembleias Gerais caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação nas Assembleias Gerais deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º, da Lei nº 10.406/02 (“Código Civil”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das S.A.; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade

com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado.

A Companhia não exigirá (i) cópia autenticada dos documentos necessários para participação nas Assembleias Gerais, admitindo-se a apresentação por meio de protocolo digital; e (ii) a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

Nos termos do 6º, §3º, da Resolução CVM 81/22, os Senhores Acionistas deverão enviar os documentos necessários para participação nas Assembleias Gerais, com até 2 (dois) dias de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores para o e-mail ri@raizen.com. Os acionistas que apresentarem a documentação de identificação após dia 20 de julho de 2022 não poderão participar das Assembleias Gerais.

Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância na forma do item 5 abaixo, mas, ainda assim, queira votar durante a assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de boletim de voto a distância, serão desconsideradas, desde que tenha atendido às instruções contidas neste item 4.

5. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL VIA BOLETINS DE VOTO A DISTÂNCIA

A Resolução CVM 81/22 regulamenta a votação a distância e a inclusão de propostas de deliberação e candidatos em assembleias gerais de companhias abertas registradas na categoria A autorizadas por entidade administradora de mercado à negociação de ações em bolsa de valores e que possuam ações em circulação, assim consideradas as ações da Companhia, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores da Companhia e daquelas mantidas em tesouraria.

Dessa forma, foram disponibilizados pela Companhia nesta data, em sua página (<https://ri.raizen.com.br>), 3 (três) modelos de boletins de voto a distância, conforme descritos abaixo, em versão passível de impressão e preenchimento manual:

- Boletim de voto a distância contendo as matérias da agenda da assembleia geral ordinária, para titulares de ações ordinárias.
- Boletim de voto a distância contendo as matérias da agenda da assembleia geral extraordinária, para titulares de ações ordinárias.
- Boletim de voto a distância para titulares de ações preferenciais, contendo deliberação sobre instalação de Conselho Fiscal.

O boletim de voto a distância para titulares de ações preferenciais também estará disponível nas páginas da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) na rede mundial de computadores.

O acionista que optar por manifestar seu voto a distância na Assembleia Geral deverá preencher o boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia indicando se deseja aprovar, rejeitar ou abster-se de votar nas deliberações descritas nos boletins, observados os seguintes procedimentos:

a) Envio dos boletins diretamente à Companhia

Depois de preenchidos os boletins, os Senhores Acionistas deverão enviar, por meio eletrônico, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores no e-mail ri@raizen.com, observando-se os requisitos previstos na Resolução CVM 81/22, os seguintes documentos:

- (i) uma via de cada um dos boletins de voto a distância relativos à Assembleia Geral correspondente, conforme aplicável, com todos os campos devidamente

preenchidos, todas as páginas rubricadas e a última página assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is); e

- (ii) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante legal signatário dos boletins, em conformidade com as instruções contidas no item 4 da presente Proposta.

Para serem aceitos, os boletins de voto, observado o disposto acima, deverão ser recebidos pela Companhia até o dia **15 de julho de 2022**, inclusive.

A Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelos acionistas nos boletins de voto a distância, no prazo de 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto a distância, sobre a validade dos boletins de voto a distância e dos documentos que o acompanham.

A Companhia comunicará aos acionistas, no mesmo prazo, sobre eventual necessidade de retificação ou reenvio dos boletins e/ou dos documentos que o acompanham. Caso haja necessidade de retificação ou reenvio dos boletins e/ou dos documentos que o acompanham pelos acionistas, o mesmo deve ser feito até **18 de julho de 2022**, nos termos do artigo 46 da Resolução CVM 81/22.

b) Envio por meio dos prestadores de serviço

Conforme facultado pelo art. 27, II, da Resolução CVM 81/22, além do envio dos boletins de voto a distância diretamente para a Companhia, os Senhores Acionistas poderão enviar instruções de preenchimento dos boletins de voto a distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, desde que sejam respeitados os prazos acima para recebimento dos boletins pela Companhia.

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A.

O agente de custódia e a Itaú Corretora de Valores S.A. verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia.

As instruções de voto feitas por acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam em ambiente escritural, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A., deverão ser realizadas por meio do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no [site](#).

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com a Itaú Corretora de Valores S.A., caso necessitem de informações adicionais, para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

No caso de acionistas que possuam parte das ações de emissão da Companhia de sua titularidade em custódia e parte em ambiente escritural, ou que possuam ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante, as instruções de voto podem ser enviadas apenas para uma instituição, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações de titularidade do acionista.

Em atendimento à Resolução CVM 81/22, serão desconsideradas quaisquer instruções de voto divergentes em relação a uma mesma deliberação e que tenham sido emitidas por um mesmo acionista, considerado, para tanto, o seu número no CPF/ME ou CNPJ/ME.

6. REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Para a instalação das Assembleias Gerais em primeira convocação, será necessária a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, de emissão da Companhia, nos termos do artigo 125 da Lei das S.A.

Caso o quórum aplicável não seja atingido, a Companhia anunciará nova data para a realização das Assembleias Gerais, podendo, em segunda convocação, serem instaladas com qualquer número de acionistas presentes.

Nos termos do item 5 acima, para as Assembleias Gerais serão fornecidos três boletins de voto a distância, sendo (i) um para as matérias a serem deliberadas em assembleia geral ordinária destinado aos titulares de ações ordinárias; (ii) um para as matérias a serem deliberadas em assembleia geral ordinária destinado aos titulares de ações preferenciais e (iii) um para as matérias a serem deliberadas em assembleia geral extraordinária destinado aos titulares de ações ordinárias.

Ressalta-se que, mediante o adequado preenchimento e envio de qualquer dos boletins, considerado válido pela Companhia, será computada a presença do acionista nas Assembleias Gerais para fins do cômputo dos quóruns de instalação e deliberação, nos termos das normas aplicáveis.

7. MAIORIA PARA APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS

As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei das S.A. Em decorrência das matérias a serem apreciadas nas Assembleias Gerais não estarem sujeitas à aprovação por maioria qualificada, a aprovação das matérias dependerá do voto da maioria absoluta das ações presentes às Assembleias Gerais.

8. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

Os trabalhos das Assembleias Gerais são documentados por escrito em ata lavrada no “Livro de Atas das Assembleias Gerais”, que será assinada pelos membros da mesa. Os acionistas que participarem das Assembleias Gerais remotamente, bem como aqueles que participarem mediante o envio do boletim de voto a distância, serão certificados pelos membros da mesa e considerados assinantes das Assembleias Gerais, nos termos do artigo 47, § 2º, da Resolução CVM 81/22.

É possível, desde que autorizado pelas Assembleias Gerais, lavrar a ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas (Lei das S.A., artigo 130, § 1º). Nesse caso, os documentos ou propostas submetidas à assembleia, assim como as declarações de voto ou dissidência, referidos na ata, deverão ser enviados para o e-mail ri@raizen.com e serão recebidos pela mesa que certificará o seu recebimento. Tais documentos ficarão arquivados na sede da Companhia (Lei das S.A., artigo 130, § 1º, “a”).

Nos termos da legislação em vigor, serão tiradas certidões da ata das Assembleias Gerais, devidamente autenticadas pelo secretário (a), que serão enviadas eletronicamente à CVM e à B3, apresentadas a registro na Junta Comercial do Estado da sede da Companhia e publicadas no jornal de grande circulação. Companhias abertas poderão, desde que autorizado pela assembleia geral, publicar a ata com omissão das assinaturas dos acionistas (Lei das S.A., artigo 130, § 2º).

A Companhia informa que as Assembleias Gerais serão gravadas, em cumprimento ao artigo 28, § 1º, inciso II da Resolução CVM 81/22.

9. ANÁLISE DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

O objetivo desta seção é analisar as matérias ordinárias submetidas à apreciação de V.Sas. nas Assembleias Gerais, permitindo, assim, a formação de convicção e a tomada de decisão informada e refletida por parte dos Senhores Acionistas.

9.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2022

O relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 13 de maio de 2022, divulgados em 24 de maio de 2022 e publicados no Diário Comercial (impresso e digital) em 8 de junho de 2022.

Além dos demais documentos aplicáveis, de acordo com a Resolução CVM 81/22, os documentos abaixo encontram-se disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://ri.raizen.com.br>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (http://www.b3.com.br/pt_br/) na rede mundial de computadores, acompanhadas dos seguintes documentos e informações:

- Relatório da Administração;
- Demonstrações Financeiras;

- Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência e nos termos da Resolução CVM 81/22, que também consta do **Anexo I desta Proposta**;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Desta forma, com base nos documentos e informações disponibilizados, a administração propõe a aprovação integral das contas dos administradores, do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de março 2022.

9.2. Proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de março de 2022 e de distribuição de dividendos

Conforme indicado nas demonstrações financeiras da Companhia e nos termos do art. 191 da Lei das S.A., o lucro líquido da Companhia apurado no exercício encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 3.149.017.839,19 (três bilhões, cento e quarenta e nove milhões, dezessete mil, oitocentos e trinta e nove reais e dezenove centavos), para o qual se propõe a seguinte destinação:

Destinação	Valor (R\$)
Reserva de Incentivos Fiscais	375.802.931,50
Reserva Estatutária	2.031.533.081,44
Juros sobre o capital próprio declarados em 30 de junho de 2021	58.496.539,90
Juros sobre o capital próprio declarados em 30 de setembro de 2021	168.115.161,75
Juros sobre o capital próprio declarados em 31 de dezembro de 2021	227.870.124,60

Juros sobre o capital próprio declarados em 31 de março de 2022	287.200.000,00
Total do Lucro Líquido	3.149.017.839,19

A administração recomenda a aprovação para deixar de destinar 5% do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal, nos termos do §1º do artigo 193 da Lei das S.A., uma vez que o saldo de tal reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o §1º do artigo 182 da Lei das S.A., excede 30% do capital social da Companhia.

Tendo em vista que o montante dos juros sobre o capital próprio já declarados e pagos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório, superando o mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, não se propõe a distribuição de dividendos complementares.

A administração recomenda a aprovação para destinar o montante de R\$ 2.031.533.081,44 (dois bilhões, trinta e um milhões, quinhentos e trinta e três mil, oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos) para constituição da reserva estatutária, correspondente à 64,5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 194 da Lei das S.A. e do inciso (iii) do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia.

Para melhor compreensão da proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, o **Anexo II** contém as informações mínimas previstas no Anexo A à Resolução CVM 81/22.

9.3. Fixação da remuneração global anual dos para o exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2023

De acordo com o artigo 152 da Lei das S.A., a assembleia geral deve fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A Companhia procura manter a competitividade e atualidade de sua prática de remuneração. Para tanto, realiza periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia. Eventualmente, quando aplicável, são realizadas pesquisas específicas para determinadas posições-chave, conselhos e comitês, visando tornar ainda mais precisas as análises.

Como referência, as pesquisas de mercado consideram outras companhias de capital aberto, com faturamento e número de empregados equiparáveis aos da Companhia (“Mercado Selecionado”).

Os valores apresentados nesta Proposta, balizados pelas pesquisas de mercado, consideram os seguintes aspectos:

- (i) recompensar os nossos administradores por meio de remuneração competitiva em relação ao Mercado Selecionado;
- (ii) atrair, reter e recompensar profissionais de alto desempenho, alinhando-os aos objetivos estratégicos da Companhia;
- (iii) aumento da inflação verificada no Brasil

Valor global da remuneração dos administradores

Para o exercício social de a ser encerrado em 31 de março de 2023, a administração propõe à deliberação da Assembleia Geral o montante global de até **R\$ 138.367.848,48** (cento e trinta e oito milhões, trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos) para a remuneração dos administradores.

O valor da remuneração global proposta compreende a remuneração da Diretoria da Companhia e de seu Conselho de Administração a ser paga no período de abril de 2022 a março de 2023, incluindo a remuneração fixa e variável, conforme o caso, sem os encargos sociais e tributos aplicáveis e considerando o patamar máximo atingível, direta e indiretamente, bem como benefícios de qualquer natureza, incluindo os programas de remuneração de longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração no âmbito do “Plano de Remuneração Baseado em Ações” aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de junho de 2021, conforme abaixo descrito (“Plano”).

Desta forma, com base nos critérios descritos abaixo em maior detalhe, estima-se a seguinte atribuição do montante global da remuneração proposta, que inclui todos os montantes a serem arcados pela Companhia em decorrência do Plano e de outros benefícios: (i) até R\$ 67.406.449,88 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos) para o Conselho de Administração; e (ii) até R\$ 70.961.398,60 (setenta milhões, novecentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta centavos) para a Diretoria (“Remuneração da Diretoria”).

A tabela a seguir apresenta a estimativa de divisão da remuneração global entre os órgãos da administração.

Safra 22'23	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Remuneração fixa anual	45.376.769,41	19.426.844,76	64.803.614,17
Salário ou pró-labore	45.376.769,41	18.262.674,57	63.639.443,99
Benefícios direto e indireto	-	1.164.170,19	1.164.170,19
Remuneração variável	22.029.680,46	51.534.553,84	73.564.234,31
Bônus	22.029.680,46	7.741.666,47	29.771.346,93
Participação de resultados	-	22.619.130,06	22.619.130,06
Baseada em ações	-	21.173.757,31	21.173.757,31
Total da remuneração	67.406.449,88	70.961.398,60	138.367.848,48

Remuneração destinada ao Conselho de Administração

Os membros do **Conselho de Administração** fazem jus à remuneração fixa mensal, cujos valores são determinados considerando a dedicação de tempo esperada do profissional, a complexidade dos negócios, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função.

Com exceção do Presidente Executivo do Conselho de Administração da Companhia, os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável. O Presidente Executivo do Conselho de Administração da Companhia tem uma função singular e intrínseca à própria formação da Companhia. Desde a criação da Raízen e conforme divulgado, o atual Presidente Executivo do Conselho de Administração é considerado e visto pelos acionistas e pelo mercado como um dos elementos fundamentais do negócio, contribuindo de forma relevante para o crescimento, definição da visão estratégica e desenvolvimento das atividades do Grupo Raízen.

Dessa forma, ao contrário do que se verifica para os demais membros, o Presidente Executivo do Conselho de Administração recebe uma remuneração definida quando da constituição da Companhia, especialmente pelo papel que ocupa e exerce. Esta remuneração é composta de parcelas fixa e variável, que leva em consideração a extensão

das atividades a ele atribuídas, a singularidade de sua atuação e por consequência, o valor que, no entendimento dos acionistas, o Presidente Executivo do Conselho de Administração agrega à Companhia. Mais informações sobre o tema constam do **Anexo III** à presente Proposta

Remuneração destinada à Diretoria

A remuneração da **Diretoria Estatutária** considerada para o exercício social que se encerrará em 31 de março de 2023 divide-se em:

- (i) remuneração fixa determinada de acordo com as práticas de mercado para posições de complexidade similar, em valores fixos de periodicidade mensal;
- (ii) remuneração variável atrelada a gatilhos de desempenho corporativo e ajustadas de acordo com desempenho individual e das áreas sob gestão, assim como entregas estratégicas. Além disso, há também parcela da remuneração variável de longo prazo atrelada a performance e resultados de longo prazo das ações da companhia; e
- (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, checkup, assistência odontológica, participação no plano de previdência privada ao qual a Companhia também realiza contribuições, seguro de vida, Programa de Assistência ao Empregado (apoio psicológico, serviço social, orientação jurídica e consultoria financeira) e financiamento de veículos.

O quadro a seguir resume a composição da remuneração da Diretoria:

Safra 22'23	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria Estatutária	27%	43%	30%	100%

Remuneração Fixa

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, mensal, cujos valores são determinados tendo em vista suas responsabilidades, o tempo dedicado às funções que exercem, sua reputação profissional, entre outros fatores. Também foram consideradas como referência de coerência e competitividade às pesquisas de mercado supracitadas.

Remuneração Variável de Curto Prazo

A remuneração variável de curto prazo é determinada por múltiplos salariais que poderão ser alavancados pelo desempenho individual e da Companhia e/ou de suas empresas controladas. Os principais indicadores de desempenho da Companhia são EBITDA, retorno sobre capital investido, controle das despesas administrativas e geração de caixa. Os principais elementos de avaliação de desempenho da Companhia estão descritos abaixo. Cabe ressaltar que o peso de cada um dos elementos é influenciado pela área de atuação da Companhia, sempre garantindo que as metas relacionadas a saúde, segurança e meio ambiente tenham peso relevante.

- Crescimento sustentável dos negócios - a métrica deve ser uma combinação entre crescimento de volume/penetração de mercado, avaliando o ambiente competitivo, bem como margens operacionais, de forma que o crescimento apresentado esteja alinhado a retornos mínimos estabelecidos, medidos conforme os parâmetros listados abaixo: (i) EBITDA; (ii) Geração de caixa; e (iii) Retorno sobre Capital.

- Excelência operacional - a métrica deve ser estabelecida mediante comparação com benchmarks locais e internacionais, buscando sempre medir a eficácia dos processos, podendo sofrer ajustes a depender das particularidades do negócio: (i) a melhoria contínua dos processos; e o (ii) controle das despesas administrativas. A

avaliação de desempenho individual é composta por metas financeiras e de sustentabilidade (saúde, segurança das pessoas e das operações e meio ambiente), projetos, elementos comportamentais e de atitude, bem como pelo compromisso com formação da sucessão e desenvolvimento de pessoas e pela aderência aos compromissos com o desenvolvimento sustentável da Companhia e em conformidade às melhores práticas do mercado de seu ramo de atuação.

Remuneração Variável de Longo Prazo – Regramento Geral dos Programas de Outorga Ativos

De forma a fortalecer o comprometimento e alinhamento dos interesses da Companhia com seus acionistas, *stakeholders* e colaboradores, revisamos e aprovamos os Programas de Outorgas da Companhia, conforme divulgado no Formulário de Referência. O Conselho de Administração definiu o rol de participantes elegíveis e o número de ações outorgadas, que foi balizado com base nas pesquisas de mercado realizadas.

Comparação entre a remuneração proposta neste exercício e realizada no exercício anterior

O quadro a seguir apresenta as diferenças entre a proposta de remuneração global a ser paga aos administradores para o exercício a ser encerrado em 31 de março de 2023 e o valor efetivamente pago no exercício encerrado em 31 de março de 2022.

Órgão	Valores Realizados 21'22	Valores Propostos 22'23	Variação
Conselho de Administração	R\$ 54.053.177,68	R\$ 67.406.449,88	25%
Diretoria Estatutária	R\$56.872.824,26	R\$ 70.961.398,60	25%

A variação entre as safras demonstrada na tabela acima indica um aumento para todos os órgãos, sendo que (i) para o Conselho de Administração, trabalhamos com as

premissas de dólar e CDI para os ajustes salariais, bem como consideramos os valores da remuneração fixa mensal dos membros independentes do Conselho de Administração, eleitos no último exercício social, o que explica a variação ano contra ano assim como o atingimento de metas que estão sendo previstas no máximo e resultados da Companhia que podem alavancar o pagamento da remuneração variável; (ii) para a Diretoria Estatutária, consideramos aspectos que podem influenciar o aumento da remuneração dos executivos de acordo com a projeção da inflação, acordos coletivos e pesquisas de competitividade de remuneração, assim como o atingimento de metas e resultados da Companhia que estão sendo previstas no máximo, que podem alavancar o pagamento da remuneração variável.

Informações adicionais sobre remuneração

As informações sobre a remuneração dos administradores na forma do item 13 do formulário de referência, conforme previsto na Resolução CVM 81/22, constam do **Anexo III** à presente Proposta.

De acordo com o entendimento manifestado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 8 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-109), o qual foi recomendado pelo Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, divulgado em 24 de fevereiro de 2022, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei das S.A. Portanto, tais encargos não foram considerados para fins da proposta de remuneração global dos administradores para o exercício social de 2022, mas estão disponíveis nas demonstrações financeiras da Companhia.

De acordo com o artigo 152 da Lei das S.A., a assembleia geral deve fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos

seus serviços no mercado.

9.4. Instalação do Conselho Fiscal

Apesar de não constar na ordem do dia das Assembleias Gerais, a Lei das S.A. combinada com a Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, faculta aos acionistas detentores de 2% de ações ordinárias ou de 1% de ações preferenciais solicitarem a instalação do Conselho Fiscal. Neste sentido, por exigência legal, o BVD contém a seguinte pergunta simples:

“Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976?”

[] Sim [] Não [] Abster-se”

A Companhia sugere que os acionistas votem “não” ou “abster-se” quanto à solicitação da instalação desse órgão, por entender que o Comitê de Auditoria, que tem como missão assegurar a operacionalização dos processos de auditoria interna e externa, dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio, já desempenha adequadamente as funções de fiscalização, dispensando a instalação do Conselho Fiscal, o que resultaria em aumento de custos sem benefícios claros.

Até o momento, a Administração informa que não houve solicitação válida de inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no boletim de voto a distância, conforme permitido nos termos da Resolução CVM 81/22.

10. ANÁLISE DA MATÉRIA A SER DELIBERADA EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

O objetivo desta seção é analisar as matérias extraordinárias submetidas à apreciação de V.Sas. na Assembleia Geral, permitindo, assim, a formação de convicção e a tomada de decisão informada e refletida por parte dos Senhores Acionistas.

10.1 Ratificação do programa de recompra de ações de emissão da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 06 de janeiro de 2022 em conformidade com o disposto na Resolução CVM n.º 77, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 77/22”) e nas demais normas aplicáveis.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 06 de janeiro de 2022, a administração aprovou, por unanimidade e sem quaisquer restrições, a criação de um programa de recompra de ações pela Companhia, sujeita à ratificação desta Assembleia Geral de acionistas, nos seguintes termos, vigentes quando da aprovação do programa de recompra:

Objetivo da Operação:	O objetivo do programa de recompra de ações é atender a obrigações decorrentes de planos de remuneração em ações da Companhia e maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma gestão eficiente de capital. As ações recompradas poderão, a critério da administração, ser posteriormente entregues aos beneficiários dos programas de remuneração baseada em ações, canceladas, alienadas ou mantidas em tesouraria.
-----------------------	--

Ações em circulação e em tesouraria:	A Companhia possui 1.246.412.032 ações preferenciais, em circulação, e não possui ações mantidas em tesouraria.
Máximo de ações que podem ser recompradas dentro do período:	40.000.000 de ações preferenciais poderão ser objeto da Recompra de Ações representando 0,39% do total de ações e 3,21% do total de ações em circulação da Companhia
Preço e modo de aquisição:	As aquisições de ações serão realizadas na B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão, a preço de mercado, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade ações a serem adquiridas, seja em uma única operação ou em uma série de operações, respeitando os termos e condições previstos na regulamentação aplicável.
Prazo para a realização da operação:	Até 18 meses, conforme previsto na legislação aplicável, iniciando em 07 de janeiro de 2022 e encerrando em 07 de julho de 2023
Corretoras utilizadas:	I. Bradesco S/A CTVM, CNPJ 61.855.045/0001-32 II. Citigroup GMB CCTVM S.A., CNPJ 33.709.114/0001-64 III. Itaú CV S/A, CNPJ 61.194.353/0001-64 IV. JP MORGAN CCVM S/A, CNPJ: 32.588.139/0001- 94

	V. Merrill Lynch S.A. CTVM, CNPJ 02.670.590/0001- 95 VI. Santander CCVM S/A, CNPJ 51.014.223/0001-49 VII. XP Investimentos CCTVM S/A, CNPJ 02.332.886/0001-04
Recursos disponíveis:	A recompra de ações será realizada por meio da utilização de recursos disponíveis na conta de reserva de capital, com exceção das reservas especificadas no art. 7º, § 1º, da Resolução CVM 77/22. O saldo da conta de reserva de capital, conforme as Demonstrações Financeiras da Companhia com data base de 30 de setembro de 2021 é de R\$ 10.319.615.000,00.

Em conformidade com o artigo 23 da Resolução CVM 81/22, o **Anexo IV** contém, nos termos do Anexo J da Resolução CVM 81/22, as informações sobre o programa de recompra de ações pela Companhia aprovado pelo Conselho de Administração.

11. CONCLUSÃO

Pelos motivos acima, a administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos Senhores Acionistas reunidos em Assembleia Geral da Companhia, recomendando sua **integral aprovação**.

São Paulo, 22 de junho de 2022.

Rubens Ometto Silveira de Mello

Presidente do Conselho de Administração

RAÍZEN S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 33.453.598/0001-23

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2022**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(COMENTÁRIOS DOS DIRETORES)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia apresentam, neste item 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência, informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a nossa situação pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as nossas condições financeiras e patrimoniais. Exceto quando justificado, os valores aqui apresentados estão expressos em milhares de reais (R\$) e foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Raízen S.A. referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020 e são de responsabilidade da Administração.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Salientamos que até o exercício social encerrado em 31 de março de 2021, a Raízen S.A. (anteriormente denominada Raízen Combustíveis S.A.) e suas subsidiárias, controladas e coligadas ainda não haviam realizado a reorganização societária que resultou na contribuição da totalidade das ações de emissão da Raízen Energia S.A. ("Raízen Energia"), exceto por duas ações, à Companhia, bem como não havia concluído a aquisição da Biosev S.A.

Considerando que a reorganização societária foi concluída em 1º de junho de 2021 e a aquisição da Biosev S.A. concluída em agosto de 2021, as demonstrações consolidadas da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022 (i) considera a consolidação da Biosev a partir da data da aquisição em 10 de agosto até 31 de março de 2022, e (ii) não considera o resultado de 2 meses (abril e maio de 2021) da Raízen Energia em virtude da reorganização societária ocorrida em 1º de junho.

Para fins de melhor leitura deste documento, sempre que nos referimos à Companhia, nos referimos a Raízen S.A. e o termo "Grupo Raízen" ou "Grupo" é usado para tratar as demonstrações financeiras combinadas consolidadas da Companhia e de suas controladas, entendidas como referências à Companhia pós reorganização societária, a qual contemplam a totalidade dos resultados dos segmentos de Marketing & Serviços, Renováveis e Açúcar.

Diante disso, e por entender que a análise de modo isolado das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia não reflete o histórico da Companhia dentro de sua atual estrutura societária, a Administração optou por também apresentar no item 10.9 deste Formulário de Referência informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas do Grupo Raízen nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020.

Tais informações contábeis têm o objetivo de proporcionar informações mais úteis e representativas aos seus destinatários, para que as operações, a gestão e a posição patrimonial da Companhia e suas controladas sejam compreendidas dentro de sua atual estrutura societária, além de propiciar comparabilidade às demonstrações financeiras, demonstrar o histórico das atuais operações da Companhia, sua posição financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa, de forma combinada-consolidada, bem como comentar os fatores que influenciaram o seu desempenho nos períodos indicados, possibilitando uma análise razoável para tomada de decisão de investimento nas ações de emissão da Companhia.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Adotamos políticas financeiras e de tesouraria destinadas a promover um perfil de crédito compatível com o *investment grade* nos *ratings* corporativos das agências de classificação de risco (“Grau de Investimento”). Consequentemente, atualmente aderimos aos seguintes princípios-chave:

- foco no financiamento de gastos de capital recorrentes/operacionais a partir de fluxos de caixa operacionais, com um amortecimento para cenários adversos; e
- pagamentos de dividendos estabelecidos anualmente, levando em consideração (1) o caixa gerado durante o período, (2) nosso plano de crescimento, (3) acesso ao financiamento, e (4) manutenção de um perfil de crédito proporcional a um Grau de Investimento.

Entendemos que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar nosso plano de negócios e cumprir com nossas obrigações de curto e médio prazo, considerando que mantemos um perfil de amortização de dívida altamente gerenciável e nos beneficiamos de liquidez adequada, dado que a Companhia em 31 de março de 2022 possuía um caixa e equivalentes de caixa de R\$ 8.234.568 mil.

Adicionalmente, a liquidez da Companhia é reforçada por linhas de crédito rotativo, denominada *revolving credit facilities*, não utilizadas até o momento que totalizam US\$ 1 bilhão (equivalente em 31 de março de 2022 a R\$ 4,74 bilhões).

Assim, nossa estabilidade de geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial da Companhia, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência:

Em R\$ milhares	Em 31 de março de		
	2022	2021	2020
Ativo	100.344.344	31.392.153	29.179.467
Circulante	47.045.340	14.438.269	13.395.104
Não Circulante	53.299.004	16.953.884	15.784.363
Passivo	78.085.436	25.782.311	25.025.913
Circulante	40.415.207	12.910.822	11.980.903
Não Circulante	37.670.229	12.871.489	13.045.010
Patrimônio Líquido	22.258.908	5.609.842	4.153.554
Passivo e Patrimônio Líquido	100.344.344	31.392.153	29.179.467

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, tributos a recuperar e estoques. Já o passivo circulante, é constituído em especial por fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices	Fórmula	Em 31 de março de		
		2022	2021	2020
Endividamento Total (ET)	$ET = \frac{\text{Passivo total}}{\text{Ativo total}} \times 100$	77,8	82,1	85,8

Endividamento de Curto Prazo (ECP)	$ECP = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo total}} \times 100$	40,3	41,1	41,1
Liquidez Corrente (LC)	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \times 100$	116,4	111,8	111,8

Os índices de endividamento total e de curto prazo são índices de estrutura patrimonial e indicam a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pela Raízen (ativo total).

As informações financeiras patrimoniais da Companhia, com base na avaliação dos seus diretores, demonstram um adequado nível de endividamento, considerando que a disponibilidade de liquidez da Raízen é suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo. Em 31 de março de 2022, a Dívida Bruta da Raízen era composta por R\$ 22.274.876 mil (considerando os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes), a Dívida líquida da Raízen foi de R\$ 13.827.379 mil, sendo composta pela Dívida Bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras vinculadas a financiamentos, Certificados do Tesouro Nacional (CTNs) e instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção dos empréstimos e financiamentos.

Nossas fontes de liquidez tradicionalmente consistem em fluxos de caixa de nossas operações ordinárias e empréstimos de longo prazo.

Acreditamos que nosso capital de giro atual e os resultados da liquidez geral e corrente é suficiente diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios e esperamos atender a eventuais necessidades de capital de giro por meio de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, ofertas de títulos de dívida e de capital no mercado brasileiro e mercados de capitais internacionais.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020, o fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento foram financiadas principalmente pelo uso de caixa e aumento do endividamento.

Nossa Administração entende que a Raízen possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

(b) Estrutura de Capital

Gestão de Capital

O objetivo da Companhia ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas.

A Companhia possui relação com as principais agências de rating locais e internacionais, conforme demonstrados abaixo:

Agência	Escala	Rating	Outlook	Data
Fitch	Nacional	AAA (bra)	Estável	Agosto/2021
	Global	BBB	Estável	Agosto /2021
Moody's	Nacional	Aaa.Br	Estável	Fevereiro/2022
	Global	Baa3	Estável	Fevereiro/2022
Standard & Poor's	Nacional	brAAA	Estável	Junho/2021
	Global	BBB-	Estável	Junho/2021

A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem representado pela Dívida Líquida dividida pela soma da Dívida Líquida e Patrimônio Líquido.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia entre Dívida Líquida e Capital Próprio e os índices de alavancagem financeira (termos definidos no item 3.2 deste Formulário de Referência) em 31 de março de 2022, 2021 e 2020, que foram calculados como segue:

Em R\$ milhares, exceto %	Em 31 de março de		
	2022	2021	2020
Dívida Bruta	22.274.876	7.585.167	8.461.079
PPEs intragrupo	-	3.423.635	3.116.405
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.234.568)	(2.604.779)	(2.167.058)
(-) Títulos e valores mobiliários	(87.529)	-	-
(-) Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	(67)	-	(18.114)
(-) Certificados do Tesouro Nacional – CTN	(31.126)	-	-
(-) Swaps de taxa de câmbio, de juros e outros derivativos	(94.207)	(3.265.365)	(2.996.253)
Dívida Líquida	13.827.379	5.138.658	6.396.059
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas Controladores	21.648.413	5.326.327	3.894.531
Participação dos acionistas não controladores	610.495	283.515	259.028
Capital próprio	22.258.908	5.609.842	10.549.618
Total de Dívida Líquida e Capital Próprio	36.086.287	10.748.500	10.549.618
Índice de alavancagem financeira⁽¹⁾	38,3%	47,8%	60,6%

⁽¹⁾ Calculado como Dívida Líquida dividido pela soma de Capital Próprio e de Dívida Líquida.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia considerando a análise vertical do passivo e patrimônio líquido:

(R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de março de					
	2022	AV (%)*	2021	AV (%)*	2020	AV (%)*
Passivo Total	78.085.436	77,8%	25.782.311	82,1%	25.025.913	85,8%
Patrimônio Líquido	22.258.908	22,2%	5.609.842	17,9%	4.153.554	14,2%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	100.344.344	100,0%	31.392.153	100,0%	29.179.467	100,0%

* Análise vertical

Em 31 de março de 2022, o patrimônio líquido da Raízen é de R\$ 22.258.908 mil, perfazendo uma relação entre Dívida Líquida e patrimônio líquido de 62,1%.

Nossa Administração entende que a Raízen possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de liquidez corrente da Raízen em 31 de março de 2022 era de 116,4. Em 31 de março de 2022, a Raízen possuía um total de R\$ 22.274.876 mil de empréstimos e financiamentos.

A Administração da Raízen informa que avaliou a habilidade das empresas operarem normalmente, considerando o perfil de endividamento da Raízen, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Raízen, e está convencida de que a Raízen possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede

e aquisições, a Administração acredita que a Raízen possui capacidade financeira para honrá-los, considerando, inclusive, o relacionamento da Raízen com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020, as principais fontes de financiamento da Raízen foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Raízen principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (i) desembolso de capital, inclusive para financiar planos de expansão, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Raízen são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Raízen.

Para maiores informações veja o item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência, no qual estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Raízen pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Raízen pretende manter sua estratégia de financiamento com: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações, no mercado de capitais.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em 31 de março de 2022, a Raízen possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos) de R\$ 22.274.876 mil, dos quais R\$ 20.709.616 mil eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 1.565.260 mil eram representados por dívidas de curto prazo (circulante).

A Dívida Bruta da Raízen aumentou R\$ 14.689.709 mil entre 31 de março de 2021 e 31 de março de 2022. Esse aumento é decorrente, principalmente, do processo de reorganização societária pela qual a Raízen S.A. (anteriormente denominada Raízen Combustíveis S.A.) recebeu como aporte a Raízen Energia S.A. em 1º de junho de 2021. Adicionalmente, durante o exercício social findo em 31 de março de 2022, a Raízen S.A. (i) adquiriu as operações da Biosev S.A. no Brasil; (ii) formou Joint Ventures com a Barcos & Rodados no Paraguai (segmento de Marketing & Serviços) e Grupo Gera no Brasil (segmento de Renováveis) e (iii) fez sua abertura de capital (IPO) na Bolsa de Valores no Brasil (B3), listando suas ações com o código RAIZ4.

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos classificados entre circulante e não circulante), de R\$ 7.585.167 mil, dos quais R\$ 7.143.732 mil eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 441.435 mil eram representados por dívidas de curto prazo (circulante).

A Dívida Bruta da Companhia diminui em R\$ 875.912 mil entre 31 de março de 2021 e 31 de

março de 2020, principalmente em decorrência dos pagamentos de PPE (Pré-pagamentos de exportação) pela Companhia no período.

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía uma Dívida bruta (empréstimos e financiamentos) de R\$ 8.461.079 mil, dos quais R\$ 6.724.671 mil eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 1.736.408 mil eram representados por dívidas de curto prazo (circulante).

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos em vigor em 31 de março de 2022:

Finalidade	Vencimento final	Indexador	Taxa média anual efetiva de juros (1)		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Classificação das dívidas por moeda:						
Denominadas em Reais					8.667.568	754.407
Denominadas em Dólares norte-americanos (US\$)					13.657.246	6.830.787
					22.324.814	7.585.194
Modalidade das dívidas (2):						
PPE	Out/25	US\$ + <i>Libor</i>	2,10%	1,90%	7.283.197	6.830.787
PPE	Dez/26	Pré-fixado	2,56%	-	1.338.946	-
Senior Notes Due 2027	Jan/27	US\$	5,30%	-	3.565.225	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")	Jun/30	IPCA	10,35%	9,80%	3.721.611	249.924
CRA	Jul/29	CDI	11,29%	2,60%	2.297.306	504.211
BNDES	Mar/24	URTJLP	6,08%	4,40%	982	63
BNDES	Dez/30	Pré-fixado	3,66%	-	176.269	-
BNDES	Abr/24	UMBND	5,04%	4,90%	14.315	209
BNDES	Dez/38	IPCA	11,72%	-	160.546	-
Adiantamentos de Contratos de Câmbio ("ACC")	Abr/22	Pré-fixado	1,21%	-	189.843	-
Debêntures	Jun/30	IPCA+Juros	11,26%	-	1.170.895	-
Term Loan Agreement	Abr/24	US\$ + <i>Libor</i>	2,00%	-	957.484	-
Cédula de Produto Rural Financeira ("CPF-R")	Nov/29	CDI	13,42%	-	1.037.064	-
Schuldschein	Set/22	Euribor	1,82%	-	318.931	-
Finep	Nov/22	Pré-fixado	5,00%	-	22.069	-
Finame/Leasing	Jan/25	Pré-fixado	6,70%	-	27.358	-
Resolução 2471 (PESA)	Abr/23	IGP-M	16,51%	-	35.226	-
Resolução 2471 (PESA)	Out/25	Pré-fixado	3,00%	-	30	-
Capital de giro e outros	Fev/22	Pré-fixado	2,84%	-	7.517	-
					22.324.814	7.585.194
Despesas com colocação de títulos:						
CRA					(25.316)	-
CPR-F					(9.855)	-
Senior Notes Due 2027					(3.099)	-
BNDES					(1.653)	(27)
PPE					(10.015)	-
					(49.938)	(27)
					22.274.876	7.585.167
Circulante						
					(1.565.260)	(441.435)
Não circulante						
					20.709.616	7.143.732

(1) A taxa de juros anual efetiva corresponde à taxa do contrato acrescida de *Libor* (London InterBank Offered Rate), *Euribor* (European Interbank Offered Rate), URTJLP, IGP-M, UMBND, IPCA e CDI, onde aplicável

(2) Os empréstimos e financiamentos são, em geral, garantidos por notas promissórias da Raízen. Em alguns casos contam ainda com garantias reais como: (i) direitos creditórios provenientes dos contratos de comercialização de energia (BNDES); (ii) CTN e hipoteca de terras (PESA); (iii) ativo imobilizado; e, (iv) alienação fiduciária dos bens financiados (Finame/PESA).

Os pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Em 31 de março de 2022, as parcelas vencíveis no longo prazo, deduzidas dos gastos com captação de recursos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimentos:	Consolidado
13 a 24 meses	3.829.607
25 a 36 meses	5.469.121
37 a 48 meses	1.794.342

49 a 60 meses	5.215.538
61 a 72 meses	1.448.734
73 a 84 meses	1.364.906
85 a 96 meses	1.168.764
A partir de 97 meses	418.604
	20.709.616

Em 22 dezembro de 2021, a Companhia substituiu a referida linha de crédito rotativo, no montante de US\$ 700.000 mil, que detinha com seus acionistas Shell e Cosan por uma linha de crédito rotativo contratada junto a um sindicato de bancos em igual montante. Em 31 de março de 2022, as linhas de créditos rotativos contratadas pela Companhia e não utilizadas até o término destas demonstrações financeiras anuais, são como segue:

Beneficiária	Instituição	Valor em US\$	Vencimento
Raízen Fuels	Sindicato de bancos	300.000	Abr/2024
Raízen Fuels	Sindicato de bancos	700.000	Dez/2026
		1.000.000	

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Raízen e suas subsidiárias mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. A Administração esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Raízen.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Administração informa que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Raízen. O grau de subordinação entre as dívidas da Raízen é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. A Companhia ainda possui um contingente de endividamento que está assegurado com ativos reais, principalmente no que diz respeito ao endividamento com o BNDES.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Raízen não está sujeita ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeitos apenas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como “cross-default” e “negative pledge”.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A maioria das dívidas da Companhia, ou de suas controladas, é destinada a propósitos específicos como, por exemplo, linhas de BNDES, emissões privadas nos mercados internacionais para refinanciamento de dívidas e linhas de curto prazo para o financiamento do capital de giro.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2022 comparado ao Exercício Social encerrado em 31 de março de 2021 para a Companhia

(Em milhares de R\$, exceto %)

Exercício Social encerrado em 31 de março de

	2022	AV	2021	AV	AH
Receita operacional líquida	191.269.874	100%	89.415.311	100%	114%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(179.570.862)	-94%	(85.083.966)	-95%	111%
Lucro bruto	11.699.012	6%	4.331.345	5%	170%
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(4.028.231)	2%	(2.172.294)	2%	85%
Gerais e administrativas	(1.959.624)	1%	(645.098)	1%	204%
Outras receitas operacionais, líquidas	522.256	0%	369.587	0%	41%
Resultado da equivalência patrimonial	(63.050)	-0%	(9.778)	-0%	543%
	(5.528.649)	-3%	(2.457.583)	-3%	125%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	6.170.363	3%	1.873.762	2%	229%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(1.812.955)	-1%	(393.597)	-2%	361%
Receitas financeiras	575.473	0%	309.155	0%	86%
Variações cambiais, líquidas	1.855.631	1%	(1.202.630)	-1%	54%
Efeito líquido dos derivativos	(2.586.660)	1%	918.637	1%	
	(1.968.511)	-1%	(368.435)	-0%	434%
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	4.201.852	2%	1.505.327	2%	179%
Imposto sobre a renda e contribuição social					
Corrente	(1.338.651)	-1%	(735.434)	-1%	82%
Diferido	386.362	0%	269.451	0%	43%
	(952.289)	-1%	(465.983)	-1%	104%
Lucro líquido do exercício	3.249.563	2%	1.039.344	1%	213%
Atribuível a:					
Acionistas controladores	3.149.018	2%	996.486	1%	216%
Acionistas não controladores	100.545	0%	42.858	0%	135%
Lucro líquido do exercício	3.249.563	2%	1.039.344	1%	213%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 191.270 milhões comparativamente a R\$ 89.415 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 101.855 milhões ou 114%. Este aumento é atribuído a: (i) operação de reorganização societária que ensejou o controle acionário da Raízen Energia S.A. pela Raízen S.A. desde 1º de junho de 2021, (ii) à aquisição da Biosev S.A. em agosto de 2021, (iii) melhoria operacional após o período mais agudo da pandemia do COVID-19 que levou a crescimento de 16% no volume total vendido (15% no Ciclo Otto) e (iv) o aumento de preços de derivados do petróleo no mercado.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 179.571 milhões comparativamente a R\$ 85.084 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 94.487 milhões ou 111%. Este aumento é atribuído, substancialmente, à reorganização societária que ensejou o controle acionário da

Raízen Energia S.A. pela Companhia, aquisição da Biosev S.A., aumento no volume de vendas e aumento do custo unitário de derivados do petróleo para revenda.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 11.699 milhões comparativamente a R\$ 4.331 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 7.368 milhões ou 170%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos citados anteriormente, bem como ao aumento dos preços de açúcar, etanol e combustíveis no mercado. O lucro bruto representou 6% e 5% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 representaram uma despesa de R\$ 5.529 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 2.458 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 3.071 milhões ou 125%. Despesas operacionais representaram 3% da receita operacional líquida tanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2022, quanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

Este aumento é atribuído, substancialmente, ao aumento das despesas com vendas, que representaram uma despesa de R\$ 4.028 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 comparativamente a uma despesa de R\$ 2.172 milhões no mesmo período de 2021. Esta variação é devida, principalmente, ao aumento nos volumes de vendas da Companhia bem como aumento do preço de diesel, importante insumo no custo de fretes.

Com relação às despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 representaram uma despesa de R\$ 1.960 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 645 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 1.315 milhões ou 204%. Este aumento é atribuído, substancialmente, à inflação ocorrida no período e aumento nas despesas com funcionários. Despesas gerais e administrativas representaram 1% da receita operacional líquida tanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2022, quanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 1.969 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 368 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 1.601 milhões ou 434%. Este aumento é atribuído, substancialmente, à reorganização societária que ensejou o controle acionário da Raízen Energia S.A. pela Raízen S.A. desde 1º de junho de 2021 e ao aumento da taxa SELIC no período em questão. O resultado financeiro representou 1% e 0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente.

Lucro antes do imposto sobre a renda e contribuição social

O lucro antes do imposto sobre a renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 4.202 milhões comparativamente a R\$ 1.505 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 2.697 milhões ou 179%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores já explicados nos itens anteriores. O lucro antes do imposto sobre a renda e contribuição social representaram 2% da receita operacional líquida tanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 e quanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

Imposto sobre a renda e contribuição social

Imposto sobre a renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de

2022 representou uma despesa de R\$ 952 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 466 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 486 milhões ou 104%. Imposto sobre a renda e contribuição social representaram 1% da receita operacional líquida tanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2022, quanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2021. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro antes do imposto sobre a renda e contribuição social, conforme descrito nos itens anteriores.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 3.250 milhões comparativamente a R\$ 1.039 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 2.210 milhões ou 213%. Este aumento é atribuído, substancialmente, aos fatores já explicados nos itens anteriores. O lucro líquido do exercício representou 2% e 1% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente.

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2021 comparado ao Exercício Social encerrado em 31 de março de 2020 da Companhia

(Em milhares de R\$, exceto %)

	Exercício Social encerrado em 31 de março de				
	2021	AV	2020	AV	AH
Receita operacional líquida	89.415.311	100%	100.941.193	100%	-11%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(85.083.966)	-95%	(96.101.622)	-95%	-11%
Lucro bruto	4.331.345	5%	4.839.571	5%	-11%
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(2.172.294)	2%	(2.252.046)	2%	-4%
Gerais e administrativas	(645.098)	1%	(612.683)	1%	5%
Outras receitas operacionais, líquidas	369.587	0%	1.183.776	2%	80%
Resultado da equivalência patrimonial	(9.778)	-0%	5.416	-0%	-281%
	(2.457.583)	-3%	(1.045.537)	-1%	135%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	1.873.762	2%	3.794.034	4%	-51%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(393.597)	-2%	(838.930)	-1%	-53%
Receitas financeiras	309.155	0%	311.438	0%	-1%
Variações cambiais, líquidas	(1.202.630)	-1%	(3.411.144)	-3%	-65%
Efeito líquido dos derivativos	918.637	1%	3.236.076	1%	-72%
	(368.435)	-0%	(702.560)	-1%	-48%
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	1.505.327	2%	3.091.474	3%	-51%
Imposto sobre a renda e contribuição social					
Corrente	(735.434)	-1%	(1.080.555)	-1%	-32%
Diferido	269.451	0%	89.965	0%	200%
	(465.983)	-1%	(990.590)	-1%	-53%
Lucro líquido do exercício	1.039.344	1%	2.100.884	2%	-51%
Atribuível a:					
Acionistas controladores	996.486	1%	2.056.092	2%	-52 %
Acionistas não controladores	42.858	0%	44.792	0%	-4%
Lucro líquido do exercício	1.039.344	1%	2.100.884	2%	-51%

Receita Líquida Operacional

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 89.415 milhões comparativamente a R\$ 100.941 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 11.526 milhões ou 11%. Esta redução é atribuída, substancialmente, a impactos relacionados com restrição de circulação da Covid-19 levando à redução de 12% e 18% nos volumes de vendas de combustíveis do Ciclo Otto (a soma de etanol e gasolina) no Brasil e na Argentina, respectivamente, e à redução de 73% e 77% nos volumes de vendas de combustíveis Jet A-1 no Brasil e na Argentina, respectivamente, em decorrência da crise do Covid-19.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 85.084 milhões comparativamente a R\$ 96.102 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 11.018 milhões ou 11%. Esta redução é atribuída substancialmente à redução de 12% e 18% nos volumes de vendas de combustíveis do Ciclo Otto no Brasil e na Argentina, respectivamente, e à redução de 73% e 77% nos volumes de vendas de combustíveis Jet A-1 no Brasil e na Argentina, respectivamente, em decorrência da crise do Covid-19.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 4.331 milhões comparativamente a R\$ 4.840 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 508 milhões ou 10,5%. Esta redução é atribuída substancialmente à diminuição nos volumes de venda de combustíveis do Ciclo Otto e Jet A-1 no Brasil e na Argentina. O lucro bruto representou 4,8% e 4,8% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 representou uma despesa de R\$ 2.458 milhões enquanto no mesmo período de 2020, representou uma despesa de R\$ 1.046 milhões, o que representou uma variação de R\$ 1.412 milhões ou 135,1%. Despesas operacionais representaram 2,7% e 2,2% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Houve um aumento de R\$ 1 bilhão em Outras Receitas Operacionais, líquidas em 2020 relacionado à formação da Joint Venture da Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A. e a venda da participação societária na subsidiária Raízen Conveniências S.A. para a Femsa Comércio S.A.

O ganho acima foi compensado pelo aumento nas despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foram de R\$ 645 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 613 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 32 milhões ou 5,3%. Este aumento é atribuído, substancialmente, à inflação ocorrida no exercício. Despesas gerais e administrativas representaram 0,7% e 0,6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi uma despesa de R\$ 368 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 703 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 334 milhões ou 47,6%. Essa redução é atribuída, substancialmente, à redução da taxa de juros no período e ao efeito da variação cambial sobre saldos não designados como *hedge accounting*. O resultado financeiro líquido representou 0,4% e 0,7% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 1.505 milhões comparativamente a R\$ 3.091 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 1.586 milhões ou 51,3%. Esta redução é atribuída substancialmente aos fatores já explicados nos itens acima. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 1,7% e 3,1% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi uma despesa de R\$ 466 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 991 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 525 milhões ou 53%. Imposto de renda e contribuição social representou 0,5% e 1,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à diminuição do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, conforme descrito nos itens anteriores.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 1.039 milhões comparativamente a R\$ 2.101 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 1.062 milhões ou 51%. Esta redução é atribuída, substancialmente, aos fatores já explicados nos itens acima. O lucro líquido do exercício representou 1,2% e 2,1% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Comparação das principais contas patrimoniais combinadas consolidadas em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021

(Em milhares de R\$)

	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8.234.568	2.604.779
Títulos e valores imobiliários	87.529	-
Caixa Restrito	2.279.632	146.888
Instrumentos financeiros derivativos	5.409.266	592.165
Contas a receber de clientes	6.271.015	2.438.789
Estoques	9.931.945	4.403.077
Adiantamentos a fornecedores	4.215.961	33.052
Ativos biológicos	3.913.957	-
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	605.854	265.956
Tributos a recuperar	3.325.080	2.177.355
Dividendos a receber	4.287	3.664
Partes relacionadas	975.556	1.095.381
Ativos de contratos com clientes	555.612	475.045
Outros créditos	1.235.078	202.118
	47.045.340	14.438.269
Não circulante		
Contas a receber de clientes	366.823	372.565
Instrumentos financeiros derivativos	2.082.299	2.788.965
Tributos a recuperar	2.091.851	950.411
Partes relacionadas	1.110.082	883.446
Adiantamentos a fornecedores	190.506	-
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	71.818	44.900
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	3.163.593	194.791
Depósitos judiciais	723.460	67.746
Ativos de contratos com clientes	2.530.981	2.255.452
Outros créditos	547.826	111.783
Investimentos	1.354.419	757.228
Imobilizado	22.264.852	6.669.643
Intangível	6.020.859	1.345.218

Direito de uso	10.779.635	511.736
	53.299.004	16.953.884
Total do ativo	100.344.344	31.392.153
Passivo Circulante		
Fornecedores	19.059.514	6.657.980
Passivo de arrendamento	2.417.813	210.785
Empréstimos e financiamentos	1.565.260	441.435
Partes relacionadas	1.746.606	4.069.152
Instrumentos financeiros derivativos	7.174.053	174.546
Ordenados e salários a pagar	1.090.396	177.753
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	160.666	81.425
Tributos a pagar	775.748	353.370
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	269.662	199.926
Receitas antecipadas	114.699	6.599
Bonificações a pagar	84.230	68.167
Adiantamento de clientes	4.796.239	99.772
Outras obrigações	1.160.321	369.912
	40.415.207	12.910.822
Não circulante		
Passivo de arrendamento	8.006.891	276.094
Empréstimos e financiamentos	20.709.616	7.143.732
Partes relacionadas	3.271.094	2.711.178
Instrumentos financeiros derivativos	1.278.472	-
Tributos a pagar	210.140	6.209
Provisão para demandas judiciais	1.835.953	1.004.007
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	1.373.942	1.370.818
Bonificações a pagar	267.681	200.527
Outras Obrigações	716.440	158.924
	37.670.229	12.871.489
Total do passivo	78.085.436	25.782.311
Patrimônio Líquido		
Atribuído aos acionistas controladores	21.648.413	5.326.327
Participação dos acionistas não controladores	610.495	283.515
Total do patrimônio líquido	22.258.908	5.609.842
Total do passivo e patrimônio líquido	100.344.344	31.392.153

Ativo Circulante

Em 31 de março de 2022, o ativo circulante era de R\$ 47.045 milhões, em comparação com R\$ 14.438 milhões em 31 de março de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 46,9% em 31 de março de 2022 e 46,0% em 31 de março de 2021. Este aumento em relação ao total do ativo, de 0,9 p.p., decorreu substancialmente de aumento na linha de caixa restrito, devido ao aumento nos depósitos de margem em operações com derivativos causado pelo aumento dos preços de açúcar, etanol e combustível no mercado internacional, e aumento na linha de instrumentos financeiros derivativos. Além disso, tem-se o aumento relevante nas linhas de Caixa e equivalentes de caixa, Caixa restrito, Ativos Biológicos, Estoques, Imposto sobre a

renda e contribuição social a recuperar e Adiantamentos a fornecedores, principalmente, por conta da consolidação da Raízen Energia S.A. e Biosev S.A. nos saldos findos em 31 de março de 2022.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2022, o ativo não circulante era de R\$ 53.299 milhões, em comparação com R\$ 16.954 milhões em 31 de março de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 53,1% em 31 de março de 2022 e 54,0% em 31 de março de 2021. Esta redução em relação ao total do ativo, de 0,9 p.p., decorreu devido à redução na linha de contas a receber de clientes, que concentrou a maior parte de seu saldo no ativo circulante, bem como a linha de instrumentos financeiros derivativos. Notadamente, o crescimento nos saldos de Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos, Imobilizado, Intangível e Direito de uso é atribuído, principalmente, à consolidação da Raízen Energia S.A. e Biosev S.A. nos saldos findos em 31 de março de 2022.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2022, o passivo circulante era de R\$ 40.415 milhões, em comparação com R\$ 12.911 milhões em 31 de março de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 40,3% em 31 de março de 2022 e 41,1% em 31 de março de 2021. Esta redução em relação ao total do passivo, de 0,8 p.p. decorreu substancialmente de diminuição da linha de partes relacionadas, causada pela de redução do saldo de operações comerciais e administrativas da Raízen Energia S.A. e controladas. Notadamente, o crescimento nos saldos de Fornecedores, Instrumentos Financeiros Derivativos e Adiantamento de Clientes são atribuídos à consolidação da Raízen Energia S.A. e Biosev S.A. nos saldos findos em 31 de março de 2022.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2022, o passivo não circulante era de R\$ 37.670 milhões, em comparação com R\$ 12.871 milhões em 31 de março de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 37,5% em 31 de março de 2022 e 41,0% em 31 de março de 2021. Esta redução em relação ao total do passivo, de 3,5 p.p. decorreu, substancialmente, do ligeiro aumento da linha de imposto sobre a renda e contribuição social diferidos, visto que a maior parte do saldo se concentrou no ativo não circulante. Notadamente, o crescimento nos saldos de Empréstimos e Financiamentos e Passivos de Arrendamentos são atribuídos à consolidação da Raízen Energia S.A. e Biosev S.A. nos saldos findos em 31 de março de 2022.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2022, o patrimônio líquido era de R\$ 22.259 milhões, em comparação com R\$ 5.610 milhões em 31 de março de 2021. Esta variação de R\$ 16.649 milhões, deu-se substancialmente ao aumento nas linhas de capital social e reservas de capital por conta da reorganização societária que ensejou o controle acionário da Raízen Energia S.A. pela Companhia e aumento de capital através de *IPO – Initial Public Offering* (abertura de capital) da Raízen S.A. de R\$ 6,7 bilhões.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020

(Em milhares de R\$)

	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.604.779	2.167.058
Caixa Restrito	146.888	30.884
Instrumentos financeiros derivativos	592.165	1.208.585
Contas a receber de clientes	2.438.789	1.783.961
Estoques	4.403.077	4.125.088
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	265.956	583.191
Tributos a recuperar	2.177.355	1.881.363
Dividendos a receber	3.664	4.130
Partes relacionadas	1.095.381	898.192
Ativos de contratos com clientes	475.045	475.305
Outros créditos	235.170	237.347
	14.438.269	13.395.104
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	372.565	346.996
Instrumentos financeiros derivativos	2.788.965	2.513.295
Tributos a recuperar	950.411	664.224
Partes relacionadas	883.446	882.207
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	44.900	52.070
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	194.791	136.672
Depósitos judiciais	67.746	68.049
Ativos de contratos com clientes	2.255.452	2.091.860
Outros créditos	111.783	113.131
Investimentos	757.228	739.008
Imobilizado	6.669.643	6.322.518
Intangível	1.345.218	1.145.267
Direito de uso	511.736	709.066
	16.953.884	15.784.363
Total do ativo		
	31.392.153	29.179.469
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	6.657.980	4.116.180
Passivo de arrendamento	210.785	259.690
Empréstimos e financiamentos	441.435	1.736.408
Partes relacionadas	4.069.152	4.173.506
Instrumentos financeiros derivativos	174.546	202.222
Ordenados e salários a pagar	177.753	181.125
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	81.425	175.705

Tributos a pagar	353.370	279.073
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	199.926	73.026
Receitas antecipadas	6.599	41.159
Bonificações a pagar	68.167	65.755
Adiantamento de clientes	99.772	-
Outras obrigações	369.912	677.054
	12.910.822	11.980.903

Não circulante

Passivo de arrendamento	276.094	414.396
Empréstimos e financiamentos	7.143.732	6.724.671
Partes relacionadas	2.711.178	3.122.112
Tributos a pagar	6.209	7.108
Provisão para demandas judiciais	1.004.007	1.046.828
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	1.370.818	1.395.408
Receitas antecipadas	-	46.860
Bonificações a pagar	200.527	134.419
Outras obrigações	158.924	153.208
	12.871.489	13.045.010

Total do passivo	25.782.311	25.025.913
------------------	-------------------	-------------------

Patrimônio líquido

Atribuído aos acionistas controladores	5.326.327	3.894.530
Participação dos acionistas não controladores	283.515	259.024
Total do patrimônio líquido	5.609.842	4.153.554
Total do passivo e patrimônio líquido	31.392.153	29.179.467

Ativo circulante

Em 31 de março de 2021, o ativo circulante era de R\$ 14.438 milhões em comparação com R\$ 13.395 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 46,0% em 31 de março de 2021, substancialmente, em linha com o mesmo período do ano anterior de 45,9% em 31 de março de 2020.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 16.954 milhões em comparação com R\$ 15.784 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 54,0% em 31 de março de 2021, substancialmente, em linha com o mesmo período do ano anterior de 54,1% em 31 de março de 2020.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2021, o passivo circulante era de R\$ 12.911 milhões, em comparação com R\$ 11.981 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 41,1% em 31 de março de 2021 e 47,9% em 31 de março de 2020. Esta redução em relação ao total do passivo, de R\$ 930 milhões ou 3,0% decorreram substancialmente do crescimento na linha de fornecedores.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 12.872 milhões, em comparação com R\$ 13.045 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio

líquido, o passivo não circulante era de 41,0% em 31 de março de 2021 e 52,1% em 31 de março de 2020. Esta redução em relação ao total do passivo decorreu, substancialmente, da diminuição na linha de Partes Relacionadas.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 31 de março de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 5.610 milhões, em comparação com R\$ 4.154 milhões em 31 de março de 2020. Esta variação de R\$ 1.456 milhões deu-se substancialmente devido ao aumento nas linhas de Ajuste de Avaliação Patrimonial e de Reservas de Lucros, uma vez que a Companhia não distribuiu dividendos no período.

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA COMBINADO DA COMPANHIA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhares)	Exercícios sociais encerrados em		
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2020
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	13.913.960	2.732.248	3.448.961
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(8.186.805)	(381.469)	(2.241.753)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	451.178	(2.010.692)	(2.104.999)
Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	6.178.333	340.087	(897.791)

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2021

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa nas atividades operacionais totalizou R\$ 13.914 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2022, comparado a R\$ 2.732 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2021. Esse aumento de R\$ 11.182 milhões, ou 409%, é justificado pelo aumento de Lucro antes do Imposto de Renda e contribuição social, e aumento dos saldos de depreciação e amortização e de ganhos com instrumentos financeiros derivativos.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 8.187 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2022, comparado a uma utilização de R\$ 381 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021. Esse aumento de R\$ 7.805 milhões ou 2.046%, é justificado pelo aumento de pagamentos para aquisições de negócios, devido à aquisição da Biosev S.A. e aumento de adições ao intangível devido a adições de imobilizado e ativos biológicos.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 451 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2022, comparado a uma utilização de R\$ 2.011 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021. Esse aumento de caixa de R\$ 2.462 milhões é justificado pelo aumento de capital da Companhia, destinado a capital social e reserva de capital (IPO), e pelo aumento de captações de empréstimos e financiamentos de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 2.732 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2021, comparado a R\$ 3.449 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020. Essa redução de R\$ 717 milhões é justificada pela redução do resultado operacional impactos da pandemia do Covid-19 e redução de contas a receber de clientes em 2020.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 382 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2021, comparado a uma utilização de R\$ 2.242 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020. Essa redução no consumo de caixa de R\$ 1.860 milhões é justificada pela redução de pagamentos para aquisições de negócios e adições ao investimento, por conta da parcela de compra da operação da Argentina junto à Shell em 2020.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 2.011 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2021, comparado a uma utilização de R\$ 2.105 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020. A movimentação das atividades de financiamento ficou em linha na comparação entre períodos, com a utilização de caixa R\$ 94 milhões menor, é justificado por redução de pagamentos de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos, parcialmente compensada por redução de captações de empréstimos e financiamentos de terceiros.

10.2 - Resultado operacional e financeiro Resultados das operações da Companhia:

(a) Resultados da operação do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes do Resultado Operacional

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- Receita Operacional Líquida

A Companhia apresenta a receita operacional líquida após a dedução dos impostos federais e estaduais brasileiros incidentes sobre as vendas brutas (ICMS, PIS, COFINS), IPI (imposto federal sobre valor agregado incidente sobre as vendas brutas da Companhia no mercado brasileiro a taxas que variam por produto), além de impostos sobre a venda de produtos na Argentina e Paraguai. O detalhamento por produto da receita operacional líquida é como segue:

Consolidado Em R\$ milhares	Exercício social encerrado em 31 de março de		
	2022	2021	2020
Diesel	78.719.664	45.267.842	45.458.511
Gasolina	57.099.687	32.597.868	36.359.120
Etanol	25.529.730	7.432.107	9.099.499
Jet	3.225.571	1.516.175	6.662.242
Açúcar	13.436.557	-	-
Energia	4.001.807	-	-
Outros	9.256.857	2.601.319	3.361.821
Total de Receita Operacional Líquida	191.269.874	89.415.311	100.941.193

- Estrutura de custos e despesas por natureza

A estrutura de custos e despesas por natureza pode ser dividida em: custos que estão ligados aos preços de produtos da Companhia e custos que não estão ligados aos preços desses produtos.

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por natureza. A reconciliação do resultado da Companhia por natureza para os exercícios encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020 está detalhada como segue:

Combinado Consolidado	Exercício social encerrado em 31 de março de		
	2022	2021	2020
Combustíveis para revendas, matérias primas e custos de coletas e transferências	(172.465.566)	(84.457.864)	(95.613.985)
Despesas com pessoal	(2.774.000)	(803.298)	(731.622)
Depreciação e amortização	(6.369.468)	(987.575)	(823.748)
Corte, carregamento e transporte	(1.103.746)	-	-
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(332.894)	-	-
Mudança no valor justo dos ativos biológicos	1.707.418	-	-
Despesas comerciais	(677.134)	(254.185)	(323.644)
Mão-de-obra contratada	(580.983)	(212.470)	(209.575)
Despesas de logística	(350.343)	(325.994)	(350.348)
Outros	(2.612.001)	(859.972)	(913.429)
Total de custos e despesas por natureza	(185.558.717)	(87.901.358)	(98.966.351)

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

A Administração entende que, além dos fatores descritos nos itens 7.1, 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência, os resultados operacionais da Companhia foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

Ambiente Econômico Brasileiro

A economia brasileira tem sido historicamente caracterizada por variações significativas no crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por esses fatores e pelo efeito que esses fatores têm sobre as taxas de desemprego, a disponibilidade de crédito e os salários médios no Brasil. A tabela a seguir apresenta as taxas de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio brasileiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de março de		
	2022	2021	2020
Crescimento do PIB.....	4,7%	-3,5%	0,9%
Inflação (IGP-M).....	14,8%	31,1%	6,8%
Inflação (IPCA) ⁽¹⁾	11,3%	6,1%	3,3%
Taxa interbancária- CDI (média) ⁽²⁾	6,5%	2,2%	5,4%
Taxas de juros de longo prazo - TJPL (média) ⁽³⁾	5,2%	4,7%	5,7%
Taxa de câmbio ao final do período por cada U.S.\$1.00.....	4,74	5,70	5,20
Taxa de câmbio média por cada U.S.\$1.00.....	5,34	5,41	4,12
Apreciação (depreciação) do real em relação ao dólar estadunidense ⁽⁴⁾	3,8%	-24%	-8%

Fontes : IBGE, Banco Central , B3 e FGV.

⁽¹⁾ O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE.

⁽²⁾ CDI refere-se à média das taxas de empréstimo interbancário overnight no Brasil.

⁽³⁾ A taxa de juros de longo prazo brasileira, ou "TJLP", é a taxa aplicável aos empréstimos de longo prazo do BNDES.

⁽⁴⁾ Comparando a taxa de câmbio PTAX (taxa calculada pelo Banco Central) no final do último dia do período com o dia imediatamente anterior ao primeiro dia do período discutido, PTAX é a taxa de câmbio calculada no final de cada dia pelo Banco Central. É a taxa média de todos os negócios realizados em dólares estadunidenses na data determinada no mercado de câmbio interbancário.

Qualquer deterioração na taxa de crescimento econômico, ou mudanças nas taxas de juros, na taxa de desemprego ou nos níveis de preços geralmente no Brasil e em qualquer um dos mercados em que operamos, pode limitar a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra de nossos clientes, afetando assim adversamente a demanda por nossos produtos. Para mais informações veja a seção 4 do Formulário de Referência "*Fatores de Risco - Nosso negócio pode ser adversamente afetado por acontecimentos e riscos econômicos, políticos, sociais ou outros desfavoráveis nos países em que operamos.*".

Etanol e Açúcar

Os 2 principais derivados de cana-de-açúcar produzidos pelo Grupo Raízen — etanol e açúcar - são afetados pelos preços domésticos brasileiros e internacionais, pela concorrência, pelas políticas governamentais e pela demanda do mercado. Em particular, o etanol como combustível alternativo ou aditivo à gasolina, sofre influência no mercado doméstico por seu preço relativo ao preço da Gasolina. Para mais informações, o Item 7 deste relatório detalha a dinâmica de preços do mercado de combustíveis.

O preço do etanol que o Grupo Raízen vende no Brasil é fixado de acordo com os preços de mercado, utilizando como referência índices semanais publicados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e pela B3. Os preços do etanol e do açúcar que o Grupo Raízen exporta são estabelecidos com base nos preços do mercado internacional, incluindo o contrato futuro lançado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros de Nova York. Os preços do álcool industrial comercializado pelo Grupo Raízen também são estabelecidos com base nos preços de mercado e têm sido historicamente maiores que os preços de mercado do etanol.

Demanda por Combustíveis

A demanda por gasolina, etanol e diesel é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica no Brasil, na Argentina e o Paraguai, e poderá flutuar dependendo do desempenho de certas indústrias. A Administração entende que uma diminuição na atividade econômica poderá afetar negativamente a demanda por combustíveis.

Flutuações da moeda

Uma proporção significativa das vendas de açúcar do Grupo Raízen é realizada em dólares estadunidenses. Portanto, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito de aumentar a receita das vendas de açúcar do Grupo Raízen. Por exemplo, os resultados da Grupo Raízen para o ano encerrado em 31 de março de 2022 foram negativamente influenciados pela apreciação do real durante o período (a taxa de câmbio média real/dólar estadunidense durante o ano encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 5,34 por US\$ 1,00, comparado a R\$ 5,41 por US\$ 1,00 durante o ano encerrado em 31 de março de 2021). Uma desvalorização do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito oposto.

Uma proporção significativa da dívida da Raízen está atrelada à cotação do dólar estadunidense. Logo, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumentaria a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Raízen. Entretanto, a Raízen tem contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, o que compensaria parcialmente o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Raízen. Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito oposto.

A fim de mitigar os efeitos de uma flutuação potencial do dólar estadunidense, a Raízen opera sob rigorosas políticas de gerenciamento de risco, que incluem um Comitê de Risco que se reúne semanalmente para discutir e monitorar os preços do açúcar, exposições cambiais, as posições de *hedge* da Raízen, chamadas de margem (*cash at risk*), risco de contraparte e cenários de estresse.

Sazonalidade

A Raízen está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de cultivo da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de colheita da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil começa em abril / maio e termina em novembro / dezembro. Isto cria variações no estoque, que normalmente é alto em novembro devido à dinâmica da colheita e um grau de sazonalidade no lucro bruto das vendas de etanol e açúcar, e é significativamente menor no trimestre que termina em 31 de março.

Nenhum dos outros segmentos comerciais da Raízen está sujeito a tendências sazonais significativas.

Inflação

As taxas anuais de inflação no Brasil foram de 3,8% em 2018, 4,3% em 2019 e 3,3% em 2020, conforme medido pelo IPCA. A taxa de inflação atingiu um nível de 6,1% para o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2021 e 11,3% para o período encerrado em 31 de março de 2022.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas ao dólar estadunidense). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. Entretanto, a inflação não teve um impacto material nos negócios da Companhia durante os períodos apresentados.

Outros Fatores

A Administração entende que os outros fatores que podem impactar os resultados operacionais da Raízen incluem:

- transações de *hedge*;
- barreiras comerciais nos Estados Unidos, Europa e outros mercados que atualmente limitam o acesso à sua indústria açucareira interna através de cotas, subsídios e restrições às importações;
- a evolução do uso de derivados de etanol como alternativa aos derivados de petróleo e como combustível de queima mais limpa, derivado de fontes renováveis;
- as mudanças nos preços internacionais do petróleo (baseados em dólares estadunidenses) e as mudanças relacionadas nos preços domésticos do petróleo (denominados em reais);
- a taxa de crescimento da economia global e seu consequente crescimento no consumo mundial de combustíveis;
- desenvolvimentos com respeito à pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo (ver também "Fatores de Risco - Nossos negócios, operações e resultados podem ser afetados adversamente pelo surto do coronavírus (causador da COVID-19) e as consequentes paralisações em escala global."); e
- as políticas fiscais adotadas pelos governos federal e estaduais brasileiros (incluindo incentivos fiscais dos quais a Raízen se beneficia), e a obrigação fiscal resultante.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Raízen afirmam que as variações na receita operacional líquida dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020 são explicadas principalmente pelo resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, ao aumento nos preços de diesel e gasolina no Brasil, à aquisição da Biosev S.A. pela Raízen, e ao aumento de preços de açúcar no Brasil e nos mercados internacionais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme exposto no item 10.2.b acima, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada em dólares estadunidenses. A estratégia de proteção cambial da Companhia visa mitigar as flutuações de curto e médio prazo, aumentando a previsibilidade de resultado de curto e médio prazo. No entanto, os efeitos do câmbio impactam a formação de preço de *commodities* negociadas pela Companhia.

Uma proporção significativa da dívida da Companhia está atrelada à cotação do dólar estadunidense. Logo, a depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumenta a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Companhia. Entretanto, a Companhia tem política ativa de *hedge* que, conjuntamente com contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, compensaria significativamente o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Companhia.

A inflação, conforme disposto no item 10.2.b acima, afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas ao dólar estadunidense). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. Não obstante, a inflação não teve um impacto material nos negócios da Companhia durante os períodos apresentados.

De um modo geral, a variação de preço dos principais insumos e produtos comercializados e distribuídos pela Companhia é repassado aos seus consumidores finais, impactando a receita

da Companhia. As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020 são o CDI e IGP-M.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022, 2021 e 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa. No entanto, em 2021 a Companhia se reorganizou para direcionar o foco de suas operações como uma empresa integrada de energia proveniente de fontes renováveis. Neste contexto, os principais tomadores de decisões operacionais passaram a considerar a perspectiva de atividades de negócio, resultando em três segmentos operacionais: (i) Açúcar, (ii) Renováveis e (iii) Marketing e serviços.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante os exercícios findos em 31 de março 2022, 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas passaram pelas seguintes reestruturações internas e combinações de negócios: i) Venda parcial dos investimentos da Raízen Conveniências Ltda., ii) Aquisição da Biosev S.A., iii) Aquisição da Barcos & Rodados S.A., e iv) Transferência de 100% da participação societária da Raízen Energia S.A. a partir da reorganização societária do Grupo e da contribuição realizada diretamente pelos acionistas.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de março de 2022, 2021 e 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras combinadas consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras consolidadas do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, da mutação do patrimônio líquido e do valor adicionado, bem como as correspondentes notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de março de 2022 não são comparativas com as respectivas demonstrações financeiras consolidadas anuais de 31 de março de 2021, substancialmente em razão da reorganização societária mediante aumento de capital com a totalidade de ações da Raízen Energia S.A. ocorrida em 1º de junho de 2021, realizada pelas acionistas Shell e Cosan, e mencionada na nota explicativa 01 das referidas demonstrações financeiras e ainda, pelas aquisições da Biosev, da rede de distribuição de combustíveis no Paraguai da Barcos & Rodados S.A. e do Grupo Gera, concluídas em 10 de agosto de 2021, 1º de novembro de 2021 e 5 de janeiro de 2022, respectivamente, detalhadas nas notas explicativas 01 e 30 de tais demonstrações financeiras.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

Não tivemos nos exercícios encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020 mudanças nas práticas contábeis da Companhia, por alterações dos pronunciamentos técnicos vigentes no país e aplicáveis à Companhia e suas controladas.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não tivemos nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020 efeitos significativos devido às alterações de práticas contábeis da Companhia, que fossem resultado de alterações dos pronunciamentos técnicos vigentes no país e aplicáveis à Companhia e suas controladas.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 foram emitidos em 13 de maio de 2022 e 29 de maio de 2021, respectivamente, sem ressalvas nem ênfases.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2020 foi originalmente emitido em 5 de junho de 2020 sem ressalvas nem ênfases. Entretanto, tais demonstrações financeiras foram reemitidas para atender aos requerimentos adicionais de apresentação e divulgação em decorrência do pedido de registro da Companhia perante a CVM como emissor de valores mobiliários. Nos termos da nota explicativa 2.2 do relatório dos auditores independentes, a reemissão ocasionou a reapresentação das seguintes notas explicativas e quadros para os exercícios findos em 31 de março de 2020 e períodos comparativos findos em 31 de março de 2019 e 2018, quando aplicável:

- Demonstrações do valor adicionado – DVA (Pronunciamento técnico CPC 09);
- Informações por segmento (Pronunciamento técnico CPC 22 / IFR 8); e

- Divulgações sobre aspectos relevantes do CPC 06(R2) / IFR 16 – Arrendamentos.

Neste sentido, as demonstrações do exercício findo em 31 de março de 2020 acima mencionadas foram reemitidas juntamente com o relatório dos auditores independentes datado em 12 de março de 2021.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Políticas e Estimativas Críticas de Contabilidade

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas no final do período de relatório. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e as mudanças são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja mudança significativa nos fatos e circunstâncias nas quais as estimativas e suposições feitas estão baseadas, pode haver um impacto material nos resultados e na posição financeira da Companhia.

Informações resumidas sobre juízos de valor, suposições e incertezas de estimativa na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas combinadas estão incluídas como segue:

Passivo de arrendamento. A administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

Imobilizado, instalações e equipamentos e ativos intangíveis. O tratamento contábil dos ativos imobilizados e intangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizados e intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da administração.

Imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. Adicionalmente, a Companhia reconhece tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base em um prazo razoável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de racionalização fiscais futuras.

Valor justo dos instrumentos financeiros. Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para demandas judiciais. A Companhia constitui uma provisão para contingências tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a pagar. A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda e contribuição social em todos os países em que opera. Dessa forma, é necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para esses impostos. Em determinadas operações, a definição final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões para cobrir determinadas situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos e o resultado ou resultado abrangente no período em que o valor definitivo é determinado.

Ativos biológicos. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos.

Pagamento baseado em ações. A administração exerce julgamentos na determinação de premissas utilizadas na mensuração e reconhecimento do valor justo dos benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga e na determinação dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado 31 de março de 2022.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Há investimentos previstos pela Companhia que seguem o planejamento financeiro aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício a ser encerrado em 31 de março 2023. As premissas macroeconômicas utilizadas são baseadas em dados de reconhecidas consultorias terceirizadas e de outras fontes públicas, à época da realização do planejamento financeiro.

Na safra 22'23, há uma previsão de investimentos, excluindo aquisições, na ordem de R\$ 12 bilhões, destinados principalmente à plantio e trato dos canaviais, manutenção de ativos industriais, agrícolas, de logística e distribuição e de ativos relacionados com adaptação e continuidade dos padrões de saúde, segurança e meio ambiente relacionados à produção de açúcar, etanol e energia elétrica com (R\$ 6 bilhões), projetos de crescimento relacionados à açúcar, etanol e energias renováveis (R\$ 3 bilhões), expansão e renovação da rede de postos revendedores no Brasil, Argentina e Paraguai (R\$ 2 bilhões). Em adição, na Argentina projetamos redirecionar, aproximadamente R\$ 0,9 bilhão referente a um projeto não recorrente de modernização do parque de refino.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de capital para os investimentos da Companhia vem de seu fluxo de caixa, além de possíveis operações de captação de recursos junto a bancos privados e/ou em ofertas públicas de títulos e valores mobiliários.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. Neste cenário, a Companhia implementou um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus funcionários, além de garantir a segurança e a continuidade dado que nossos produtos e serviços são considerados atividades essenciais, por ser um insumo estratégico em hospitais, segurança, alimentação e energia.

A Companhia e suas controladas continuam monitorando a evolução da Covid-19, os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes e os principais efeitos da pandemia da Covid-19 em nossos resultados operacionais estão demonstrados a seguir:

(i) Premissa da continuidade operacional

As demonstrações financeiras da Companhia foram confeccionadas e estão sendo divulgadas considerando a premissa de continuidade operacional de seus negócios relevantes.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários

A Companhia avaliou indicativos de uma perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários e concluiu que, mesmo com uma potencial redução nos fluxos de caixa e resultados esperados para o fechamento da safra 2022/23, o valor em uso das unidades geradoras de caixa continua sendo significativamente superior ao seu valor contábil, bem como, no caso dos tributos, a expectativa de base tributável dos principais tributos permanece, além do fato da maior parte dos tributos não ter vencimento para compensação.

(iii) Redução ao valor realizável de estoques

A Companhia utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, líquido das despesas de venda, como premissa do valor realizável líquido. Portanto, principalmente pela flutuação dos preços e volatilidade do consumo em determinadas regiões resultante do isolamento social, o montante consolidado de provisão para perda estimada de estoques com realização, obsolescência e outras foi de R\$ 73.902 em 31 de março de 2022 (R\$ 21.690 em 31 de março de 2021).

(iv) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

As perdas pela redução ao valor recuperável associada ao risco de crédito sobre os ativos financeiros são calculadas com base na expectativa futura de perda, considerando a situação individual dos clientes e do grupo econômico ao qual pertencem. Considerando que a Companhia opera majoritariamente com garantias reais de seus clientes, mantém uma análise criteriosa de crédito e, quando aplicável, exige antecipações de dinheiro para envio de produtos, não houve reconhecimento adicional relevante devido à Covid-19.

(v) Liquidez

A Raízen encerrou o exercício findo em 31 de março de 2022 com um caixa consolidado de R\$ 8.234.568 (R\$ 2.604.779 em 31 de março de 2021). O capital de giro consolidado (ativo circulante menos passivo circulante) encerrou esse mesmo exercício com um saldo positivo de R\$ 6.630.133 (R\$ 1.527.447 em 31 de março de 2021) e um lucro líquido consolidado de R\$ 3.249.563 (R\$ 1.039.344 em 31 de março de 2021).

Adicionalmente, em 31 de março de 2022, a controladora Raízen S.A. apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 4.419.799 (positivo de R\$ 635.684 em 31 de março de 2021). Parte importante do passivo circulante decorre de saldo a pagar às empresas do grupo e aos seus acionistas, inclusive na forma de dividendos e JCP, no montante de R\$ 3.762.006 (R\$ 1.805.616 em 31 de março de 2021), renegociáveis quanto ao prazo de vencimento, se necessário. Por essa razão, a administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para permanecer em operação em um futuro previsível, principalmente com base na sua geração de lucro, de caixa gerado nas atividades operacionais e pelos recursos originados na oferta pública de ações da Companhia.

(vi) Arrendamentos

Não houve alterações nos montantes anteriormente registrados como ativo de direito de uso ou passivo de arrendamento como consequência de modificação contratual atrelada a Covid-19.

(vii) Compromissos contratuais

Até o momento não há execução nem contra nem a favor da Companhia sobre seus contratos, quer seja por via de distrato ou exercício jurídico de cláusulas de força maior.

Conflito no leste europeu – Guerra entre Rússia e Ucrânia

O conflito no leste europeu, entre Rússia e Ucrânia, tem pressionado os preços de petróleo, derivados de petróleo e gás e de fertilizantes no mercado internacional, uma vez que a Rússia é o segundo maior produtor de petróleo do mundo e um importante produtor de insumos para fertilizantes, como nitrato, fósforo e potássio.

Diante desse cenário e, considerando a importância dessas commodities nas operações da Raízen, a administração avalia que o aumento dos custos de petróleo e seus derivados e dos insumos de fertilizantes observados atualmente no mercado, decorrente do efeito da guerra, até o momento, não causa impacto em suas demonstrações financeiras anuais, em razão da sua prática de manutenção de estoques mínimos e pela sua política de hedge, que visa proteger o seu resultado em função das variações dos preços de moeda e commodities em geral.

A Raízen monitora constantemente os mercados internacionais destas commodities e através de iniciativas comerciais e de estratégia de fornecimento e suprimento, busca minimizar possíveis impactos financeiros e riscos de ruptura no abastecimento de suas operações, buscando alternativas viáveis de produtos e países fornecedores para eventual falta de algum produto ou insumo.

Diversos governos e instituições anunciaram recentemente sanções a certos setores industriais na Rússia. Essas e quaisquer sanções adicionais, bem como contramedidas adotadas pelos governos da Rússia ou de outras jurisdições, podem afetar adversamente nossos negócios.

Outras informações

Diante disso, com vistas a possibilitar a melhor compreensão sobre a estrutura do Grupo Raízen, apresentamos abaixo as informações financeiras combinadas consolidadas do Grupo Raízen pertinentes ao item 10.9.1 e 10.9.2 do Formulário de Referência, abarcando assim informações da Companhia e suas controladas.

10.9.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Adotamos políticas financeiras e de tesouraria destinadas a promover um perfil de crédito compatível com o *investment grade* nos *ratings* corporativos das agências de classificação de risco ("Grau de

Investimento”). Consequentemente, atualmente aderimos aos seguintes princípios-chave:

- foco no financiamento de gastos de capital recorrentes/operacionais a partir de fluxos de caixa operacionais, com um amortecimento para cenários adversos; e
- pagamentos de dividendos estabelecidos anualmente, levando em consideração (1) o caixa gerado durante o período, (2) nosso plano de crescimento, (3) acesso ao financiamento, e (4) manutenção de um perfil de crédito proporcional a um Grau de Investimento.

Entendemos que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar nosso plano de negócios e cumprir com nossas obrigações de curto e médio prazo, considerando que mantemos um perfil de amortização de dívida altamente gerenciável e nos beneficiamos de liquidez adequada, dado que o Grupo Raízen em 31 de março de 2021 possuía um caixa e equivalentes de caixa de R\$ 6.512.805 mil.

Adicionalmente, a liquidez do Grupo Raízen é reforçada por linhas de crédito rotativo, denominada *revolving credit facilities*, não utilizadas até o momento que totalizam US\$ 1 bilhão (equivalente em 31 de março de 2021 a R\$ 5,6973 bilhões).

Assim, nossa estabilidade de geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial combinado consolidado do Grupo Raízen, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência:

Em R\$ milhares	Em 31 de março de	
	2021	2020
Ativo	67.045.356	65.599.368
Circulante	26.614.407	28.315.050
Não Circulante	40.430.949	37.284.318
Passivo	54.546.964	53.869.265
Circulante	22.605.063	25.352.218
Não Circulante	31.941.901	28.517.047
Patrimônio Líquido	12.498.392	11.730.103
Passivo e Patrimônio Líquido	67.045.356	65.599.368

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, tributos a recuperar e estoques. Já o passivo circulante, é constituído em especial por fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial do Grupo Raízen:

Índices	Fórmula	Em 31 de março de	
		2021	2020
Endividamento Total (ET)	$ET = \frac{\text{Passivo total}}{\text{Ativo total}} \times 100$	81,4	82,1
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	$ECP = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo total}} \times 100$	33,7	38,6

Liquidez Corrente (LC)	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \times 100$	117,7	111,7
------------------------	---	-------	-------

Os índices de endividamento total e de curto prazo são índices de estrutura patrimonial e indicam a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pelo Grupo Raízen (ativo total).

As informações financeiras patrimoniais do Grupo Raízen, com base na avaliação dos seus diretores, demonstram um adequado nível de endividamento, considerando que a disponibilidade de liquidez do Grupo Raízen é suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo. Em 31 de março de 2021, a Dívida Bruta do Grupo Raízen era composta por R\$ 24.444.473 mil (considerando os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes), a Dívida Líquida do Grupo Raízen foi de R\$14.171.275 mil, sendo composta pela Dívida Bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras vinculadas a financiamentos, Certificados do Tesouro Nacional (CTNs) e instrumentos financeiros derivativos atrelados aos empréstimos e financiamentos.

Nossas fontes de liquidez tradicionalmente consistem em fluxos de caixa de nossas operações e empréstimos de longo prazo.

Acreditamos que nosso capital de giro atual e os resultados da liquidez geral e corrente é suficiente diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios e esperamos atender a eventuais necessidades de capital de giro por meio de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo ou ofertas de títulos de dívida ou de capital no mercado brasileiro e mercados de capitais internacionais.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, o fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento foram financiadas principalmente pelo uso de caixa e aumento do endividamento.

Nossa Administração entende que o Grupo Raízen possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

b. Estrutura de Capital

Gestão de Capital

O objetivo do Grupo Raízen ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas.

O Grupo Raízen monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (leverage) representado pela Dívida Líquida dividida pela soma da Dívida Líquida e Patrimônio Líquido.

A Dívida Líquida está definida em detalhes no item 3.2 deste Formulário de Referência.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital do Grupo Raízen entre Dívida Líquida e Capital Próprio e os índices de alavancagem financeira (termos definidos no item 3.2 deste Formulário de Referência) em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, que foram calculados como segue:

Em R\$ milhares, exceto %	Em 31 de março de	
	2021	2020
Dívida Bruta	24.444.473	25.327.370
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.512.805)	(8.601.660)
(-) Títulos e valores mobiliários	(134.940)	(39.145)
(-) Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	(39)	(50.460)
(-) Certificados do Tesouro Nacional – CTN	(24.206)	(297.459)
(-) Swaps de taxa de câmbio, de juros e outros derivativos	(3.601.208)	(3.369.934)
Dívida Líquida	14.171.275	12.968.712
Patrimônio Líquido Atribuído aos acionistas Controladores	12.129.956	11.364.386
Participação dos acionistas não controladores	368.436	365.717
Capital próprio	12.498.392	11.730.103
Total de Dívida Líquida e Capital Próprio	26.669.667	24.698.815
Índice de alavancagem financeira⁽¹⁾	53,1%	52,5%

⁽¹⁾ Calculado como Dívida Líquida dividido pela soma de Capital Próprio e de Dívida Líquida.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital do Grupo Raízen considerando a análise vertical do passivo e patrimônio líquido:

(R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de março de		2020	AV (%)*
	2021	AV (%)*		
Passivo Total	54.546.964	81,4%	53.869.265	82,1%
Patrimônio Líquido	12.498.392	18,6%	11.730.103	17,9%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	67.045.356	100,0%	65.599.368	100,0%

* Análise vertical

Em 31 de março de 2021 o patrimônio líquido do Grupo Raízen é de R\$ 12.498.392 mil, perfazendo uma relação entre Dívida Líquida e patrimônio líquido de 113,4%.

Nossa Administração entende que o Grupo Raízen possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de liquidez corrente do Grupo Raízen em 31 de março de 2021 era de 117,7. Em 31 de março de 2021, o Grupo Raízen possuía R\$ 24.444.473 mil de empréstimos e financiamentos.

A Administração do Grupo Raízen informa que avaliou a habilidade das empresas operarem normalmente, considerando o perfil de endividamento do Grupo Raízen, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez do Grupo Raízen, e está convencida de que o Grupo Raízen possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que o Grupo Raízen possui capacidade financeira para honrá-los, considerando, inclusive, o relacionamento do Grupo Raízen com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, as principais fontes de financiamento do Grupo Raízen foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pelo Grupo Raízen principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (i) desembolso de capital, inclusive para financiar planos de expansão, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pelo Grupo Raízen são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento do Grupo Raízen.

Para maiores informações veja o item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência, no qual estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais o Grupo Raízen pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, o Grupo Raízen pretende manter sua estratégia de financiamento com: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações, no mercado de capitais.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de março de 2021, o Grupo Raízen possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos) de R\$ 24.444.473 mil, dos quais R\$ 22.222.123 mil eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 2.222.350 mil eram representados por dívidas de curto prazo (circulante).

A Dívida Bruta do Grupo Raízen se manteve praticamente estável, diminuindo R\$ 882.897 mil entre 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021.

Em 31 de março de 2020, o Grupo Raízen possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos) de R\$ 25.327.370 mil, dos quais R\$ 19.993.287 mil eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 5.334.083 mil eram representados por dívidas de curto prazo (circulante).

A Dívida Bruta do Grupo Raízen aumentou R\$ 8.063.069 mil entre 31 de março de 2019 e 31 de março de 2020, principalmente em decorrência de captações para fazer frente ao pagamento da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento em vigor em 31 de março de 2021:

Finalidade	Vencimento final	Indexador	Taxa média anual efetiva de juros (1)			Total
			Em 31 de março de			
			2021	2020	2021	
Classificação das dívidas por moeda:						
Denominadas em Reais					9.256.232	9.624.179
Denominadas em Dólares norte-americanos (US\$) e Euro (€) (Nota 27.d)					15.245.867	15.736.428
					24.502.099	25.360.607
Modalidade das dívidas (2):						
BNDES	Março/24	URTJLP	5,23%	6,25%	4.139	10.536
BNDES	Dezembro/30	Pré-fixado	3,61%	3,59%	272.276	384.006
BNDES	Abril/24	UMBND	5,07%	6,67%	29.298	37.684
BNDES	Dezembro/38	IPCA	9,37%	7,36%	145.968	128.956
PPEs ("Pré-pagamento à Exportação")	Outubro/25	Dólar (US\$) + Libor	1,51%	2,93%	8.415.018	8.723.426
PPEs	-	Dólar (US\$) + Pré-fixado	-	3,74%	-	1.051.686
Term Loan Agreement	Abril/24	Dólar (US\$) + Libor	1,24%	2,95%	1.150.629	1.051.523
Debêntures	Junho/30	IPCA + juros	8,88%	7,06%	1.135.949	1.115.357
Adiantamento de contrato de câmbio ("ACC")	-	Dólar (US\$) + Pré-fixado	-	1,71%	-	880.423
Capital de giro	-	CDI	-	4,41%	-	33.458
Capital de giro	-	FED	-	0,83%	-	16.645
Senior Notes Due 2027	Janeiro/27	Dólar (US\$)	5,30%	5,30%	4.543.144	2.965.837
Resolução 2471 (PESA)	Abril/23	IGP-M	18,06%	7,53%	30.708	328.965
Resolução 2471 (PESA)	Outubro/25	Pré-fixado	3,00%	3,00%	38	46
Notas de crédito	-	CDI	-	3,91%	-	84.941
Finame/Leasing	Janeiro/25	Pré-fixado	6,62%	6,64%	41.130	57.571
Finame/Leasing	-	URTJLP	-	8,29%	-	45
Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")	Julho/29	CDI	1,86%	3,57%	2.926.191	2.947.187
CRA	Junho/30	IPCA	9,79%	7,33%	3.607.866	2.389.708
Financiadora de Estudos e Projetos ("Finep")	Novembro/22	Dólar (US\$) + Pré-fixado	5,00%	5,00%	55.174	88.278
Loan 4131	-	Dólar (US\$) + Pré-fixado	-	4,34%	-	54.778
Schuldschein	Outubro/21	Euro (€) + Pré-fixado	2,88%	2,88%	447.457	382.920
Schuldschein	Setembro/22	Euribor	1,63%	1,79%	689.619	609.190
Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F")	Novembro/29	CDI	3,03%	4,35%	1.007.495	2.017.441
					24.502.099	25.360.607

Despesas com colocação de títulos:		
CRA	(35.366)	(15.590)
CPR-F	(11.141)	(12.426)
Senior Notes Due 2027	(4.560)	(2.074)
Debêntures	(4.670)	(180)
Outros	(1.889)	(2.967)
	<u>(57.626)</u>	<u>(33.237)</u>
	<u>24.444.473</u>	<u>25.327.370</u>
Circulante	<u>(2.222.350)</u>	<u>(5.334.083)</u>
Não circulante	<u>22.222.123</u>	<u>19.993.287</u>

Em 31 de março de 2021, as parcelas vencíveis no longo prazo, deduzidas das amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Exercícios:	2021
2022	3.006.796
2023	3.054.318
2024	4.403.400
2025	2.803.639
2026	4.750.763
2027	1.318.441
2028	1.262.125
A partir de 2028	<u>1.622.641</u>
	<u>22.222.123</u>

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O Grupo Raízen e suas subsidiárias mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. A Administração esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias do Grupo Raízen.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Administração informa que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias do Grupo Raízen. O grau de subordinação entre as dívidas do Grupo Raízen é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. O Grupo Raízen ainda possui um contingente de endividamento que está assegurado com ativos reais, principalmente no que diz respeito ao endividamento com o BNDES.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

O Grupo Raízen não está sujeito ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeitos apenas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como “cross-default” e “negative pledge”.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Durante o exercício social encerrado em 31 de março de 2021, o Grupo Raízen assinou um contrato de Pré- pagamento a Exportação com um sindicato de bancos, cujo limite da linha crédito é de US\$ 380.000 mil, com data limite para saque em 30 de setembro de 2021. Em 7 de Julho de 2021, o

Grupo Raízen sacou a totalidade (US\$ 380.000 mil) do limite disponível desse contrato.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020 PARA O GRUPO RAÍZEN

Em milhares de R\$, exceto %

	Exercício Social encerrado em 31 de março de				
	2021	AV	2020	AV	AH
Receita operacional líquida	114.601.988	100%	120.580.550	100%	(5%)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(106.608.028)	(93%)	(113.308.678)	(94%)	(6%)
Lucro bruto	7.993.960	7%	7.271.872	6%	10%
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(3.345.443)	(3%)	(3.090.163)	(3%)	8%
Gerais e administrativas	(1.330.703)	(1%)	(1.236.494)	(1%)	8%
Outras receitas operacionais, líquidas	386.717	0%	2.147.313	2%	- 82 %
Resultado da equivalência patrimonial	(81.687)	0%	(15.790)	0%	417%
	(4.371.116)	(4%)	(2.195.134)	(2%)	99%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	3.622.844	3%	5.076.738	4%	(29%)
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(1.699.980)	(1%)	(1.973.633)	(2%)	(14%)
Receitas financeiras	533.137	0%	535.978	0%	(1%)
Variações cambiais, líquidas	(1.432.041)	(1%)	(4.081.951)	(3%)	(65%)
Efeito líquido dos derivativos	1.182.683	1%	3.904.385	3%	(70%)
	(1.416.201)	(1%)	(1.615.221)	(1%)	(12%)
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	2.206.643	2%	3.461.517	3%	(36%)
Imposto sobre a renda e contribuição social					
Corrente	(1.464.604)	(1%)	(1.345.792)	(1%)	9%
Diferido	804.802	1%	279.992	0%	187%
	(659.802)	(1%)	(1.065.800)	(1%)	(38%)
Lucro líquido do exercício	1.546.841	1%	2.395.717	2%	(35%)
Atribuível a:					
Acionistas controladores	1.524.474	1%	2.252.517	2%	(32%)
Acionistas não controladores	22.367	0%	143.200	0%	(84%)
Lucro líquido do exercício	1.546.841	1%	2.395.717	2%	(35%)

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 114.602 milhões comparativamente a R\$ 120.581 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 5.979 milhões ou 5%. Esta redução é atribuída, substancialmente, a redução de 12% e 18% nas vendas de combustíveis do Ciclo Otto (a soma de etanol e gasolina) no Brasil e na Argentina, respectivamente, e à redução de 73% e 77% nos volumes de vendas de combustíveis Jet A-1 no Brasil e na Argentina, respectivamente, parcialmente compensado pelo aumento nos volumes de vendas de açúcar em 145% após início da operação de originação de volume com terceiros (*trading*) e crescimento do preço internacional do açúcar. Os volumes de vendas de combustíveis foram afetados, principalmente, pelos efeitos de restrições a circulação de veículos e pessoas resultantes da pandemia COVID-19. Adicionalmente, isso levou o Grupo a adotar uma estratégia de vendas do mercado externo que se beneficiou do impacto positivo da variação cambial.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 106.608 milhões comparativamente a R\$ 113.309 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 6.701 milhões ou 6%. Esta redução é atribuída, substancialmente, à redução de 12% e 18% nos volumes de vendas de combustíveis do Ciclo Otto no Brasil e na Argentina, respectivamente, e à redução de 73% e 77% nos volumes de vendas de combustíveis Jet A-1 no Brasil e na Argentina, respectivamente.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 7.994 milhões comparativamente a R\$ 7.272 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 722 milhões ou 10%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de volume nas vendas de açúcar e aumento dos preços internacionais da commodity, que contribuem para a melhora da margem. Entretanto, foram parcialmente compensado pela redução do volume de venda de combustíveis do Ciclo Otto e da Jet A-1 no Brasil e Argentina. Lucro bruto representou 7,0% e 6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 representaram uma despesa de R\$ 4.371 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 2.195 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 2.176 milhões ou 99,1%. Despesas operacionais representaram 3,8% e 1,8% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Este aumento é atribuído substancialmente ao impacto positivo de R\$ 1 bilhão em Outras Receitas Operacionais em 2020 relacionado à formação da Joint Venture da Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A. e a venda da participação societária na subsidiária Raízen Conveniências S.A. para a Femsu Comércio S.A.

Com relação às despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 representaram uma despesa de R\$ 1,331 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 1.236 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 94 milhões ou 7,6%. Este aumento é atribuído substancialmente à inflação ocorrida no período (IPCA com 6,1%).

Despesas gerais e administrativas representaram 1,2% e 1,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrado em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi negativo em R\$ 1.416 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 1.615 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 199 milhões ou 12,3%. Esta redução é atribuída substancialmente à menor taxa de juros em 2021 que reduziu o custo de carregio da dívida e aos efeitos da variação cambial sobre saldos não designados como *hedge accounting* por conta da desvalorização do Real versus Dólar Americano. Resultado financeiro, líquido representou 1,2% e 1,3% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 2.207 milhões comparativamente a R\$ 3.462 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 1.255 milhões ou 36,3%. Esta redução é atribuída substancialmente aos fatores já explicados nos itens anteriores. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representaram 1,9% e 2,9% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 representou uma despesa de R\$ 660 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 1,066 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 406 milhões ou 38,1%. Imposto de renda e contribuição social representaram 0,6% e 0,9% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à redução do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, conforme descrito nos itens anteriores.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 1.547 milhões comparativamente a R\$ 2.396 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 849 milhões ou 35,4%. Esta redução é atribuída substancialmente aos fatores já explicados nos itens anteriores. Lucro Líquido do exercício representou 1,3% e 2,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Comparação das principais contas patrimoniais combinadas consolidadas em 31 de Março de 2021 e 31 de Março de 2020

Em milhares de R\$

	Em 31 de março de	
	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.512.805	8.601.660
Títulos e valores imobiliários	134.940	39.145
Caixa Restrito	1.065.183	211.070
Instrumentos financeiros derivativos	3.248.855	5.016.307
Contas a receber de clientes	3.860.577	2.950.341
Estoques	5.617.048	5.435.170
Ativos biológicos	1.353.185	897.315
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	346.563	778.694
Tributos a recuperar	2.540.396	2.334.998
Outros ativos financeiros	37.633	314.273
Partes relacionadas	783.362	787.819
Ativos de contratos com clientes	475.045	475.305
Outros créditos	638.815	472.953
	26.614.407	28.315.050
Não circulante		
Contas a receber de clientes	372.565	346.996
Instrumentos financeiros derivativos	3.264.107	3.128.089
Outros ativos financeiros	226.690	258.768
Tributos a recuperar	1.428.342	967.419
Partes relacionadas	1.273.403	1.264.924
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	326.033	541.797
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	2.412.174	1.279.947
Depósitos judiciais	521.627	471.753
Ativos de contratos com clientes	2.255.452	2.091.860
Outros créditos	406.314	371.982
Investimentos	1.317.291	1.325.210
Imobilizado	17.726.612	17.160.022
Intangível	3.154.712	2.976.155
Direito de uso	5.745.627	5.099.396
	40.430.949	37.284.318
Total do ativo	67.045.356	65.599.368
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	10.911.172	10.227.015
Passivo de arrendamento	1.150.239	1.174.750
Empréstimos e financiamentos	2.222.350	5.334.083
Partes relacionadas	1.509.070	1.494.946
Instrumentos financeiros derivativos	4.105.942	3.640.357
Ordenados e salários a pagar	655.921	627.503
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	234.909	229.094
Tributos a pagar	539.485	444.895
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	208.178	95.542
Adiantamento a clientes	471.042	239.546
Outras obrigações	596.755	1.844.487
	22.605.063	25.352.218
Não circulante		
Passivo de arrendamento	3.924.955	3.236.998
Empréstimos e financiamentos	22.222.123	19.993.287
Partes relacionadas	1.414.752	1.040.355
Instrumentos financeiros derivativos	292.905	108.123
Tributos a pagar	187.788	186.649
Provisão para demandas judiciais	1.575.811	1.558.883
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	1.797.488	1.903.225
Outras Obrigações	526.079	489.527
	31.941.901	28.517.047
Total do passivo	54.546.964	53.869.265

Patrimônio líquido		
Atribuído aos acionistas controladores	12.129.956	11.364.386
Participação dos acionistas não controladores	368.436	365.717
Total do patrimônio líquido	12.498.392	11.730.103
Total do passivo e patrimônio líquido	67.045.356	65.599.368

Ativo Circulante

Em 31 de março de 2021, o ativo circulante era de R\$ 26.614 milhões, em comparação com R\$ 28.315 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 39,7% em 31 de março de 2021 e 43,2% em 31 de março de 2020. Esta redução em relação ao total do ativo, de 3,5 p.p., decorreu substancialmente devido à redução na linha de Caixa e equivalentes de caixa por conta de um fechamento da posição de caixa em 31 de março de 2020 acima do padrão normal, como estratégia de liquidez para crise do Covid-19.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 40.431 milhões, em comparação com R\$ 37.284 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 60,3% em 31 de março de 2021 e 56,8% em 31 de março de 2020. Este aumento em relação ao total do ativo, de 3,5 p.p., decorreu devido substancialmente ao crescimento na linha de Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos por conta de prejuízos nos dois primeiros semestres do ano 2021, resultado da redução de atividade econômica durante a crise do Covid-19.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2021, o passivo circulante era de R\$ 22.605 milhões, em comparação com R\$ 25.352 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 33,7% em 31 de março de 2021 e 38,6% em 31 de março de 2020. Esta redução em relação ao total do passivo, de 4,9 p.p. decorreu substancialmente de diminuição nas linhas de Empréstimos e Financiamentos por conta do alongamento do prazo dos financiamentos (movimento entre circulante e não circulante) e pagamento de dívidas de curto prazo com excesso de caixa.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 31.942 milhões, em comparação com R\$ 28.517 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 47,6 % em 31 de março de 2021 e 43,5 % em 31 de março de 2020. Este aumento em relação ao total do passivo, de 4,2 p.p. decorreu substancialmente do crescimento na linha de Empréstimos e Financiamentos, movimento reverso do mencionado no Passivo Circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 12.498 milhões, em comparação com R\$ 11.730 milhões em 31 de março de 2020. Esta variação de R\$ 768 milhões, deu-se substancialmente ao aumento nas linhas de Ajustes de Avaliação Patrimonial e Reservas de Lucros.

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA COMBINADO DO GRUPO RAÍZEN

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado do Grupo Raízen para os períodos indicados:

	Exercícios sociais encerrados em	
(em R\$ milhares)	31/03/2021	31/03/2020
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.705.486	7.789.419
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(3.321.041)	(5.078.107)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(4.718.545)	(907.512)
(Decréscimo) acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	(2.334.100)	1.803.800

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa nas atividades operacionais totalizou R\$ 5.705 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2021, comparado a R\$ 7.789 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020. Essa redução de R\$ 2.084 milhões, ou 27%, é justificada pela redução de Lucro Líquido em 2021 por conta dos impactos da pandemia do Covid-19 e pelo aumento em caixa restrito por conta do aumento do preço do açúcar em mercados internacionais que exigem chamadas de margens para as posições vendidas dos derivativos correspondentes.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 3.321 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, comparado a uma utilização de R\$ 5.078 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020. Essa redução de R\$ 1.757 milhões ou 35%, é justificada pela redução de pagamentos para aquisições de negócios e adições ao investimento (operação de compra da Shell Argentina teve pagamentos em 2020).

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 4.719 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, comparado a uma utilização de R\$ 907 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020. Esse maior consumo de caixa de R\$ 3.811 milhões, ou aumento de 420% é justificado por captações antecipadas em 31 de março de 2020, buscando dar maior liquidez para o Grupo Raízen no início da pandemia de Covid-19 e que foram em boa parte amortizadas durante o exercício encerrado em 31 de março de 2021.

10.9.2 Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do Grupo:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes do Resultado Operacional

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- Receita Operacional Líquida

O Grupo Raízen apresenta a receita operacional líquida após a dedução dos impostos federais e estaduais brasileiros incidentes sobre as vendas brutas (ICMS, PIS, COFINS), IPI (imposto federal sobre valor agregado incidente sobre as vendas brutas da Companhia no mercado brasileiro a taxas que variam por produto). O detalhamento por produto da receita operacional líquida é como segue:

Combinado Consolidado	Exercício social encerrado em 31 de março de	
	2021	2020
Em R\$ milhares		
Diesel	45.114.347	46.057.231
Gasolina	32.680.344	36.692.732
Etanol ⁽¹⁾	18.594.320	19.165.586
Jet A-1	1.515.466	6.661.097
Açúcar	11.376.188	4.646.782
Energia	2.109.567	3.866.040
Outros	3.211.756	3.491.082
Total de Receita Operacional Líquida	114.601.988	120.580.550

- Estrutura de custos e despesas por natureza

A estrutura de custos e despesas por natureza pode ser dividida em: custos que estão ligados aos preços de produtos do Grupo Raízen e custos que não estão ligados aos preços desses produtos.

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por natureza. A reconciliação do resultado do Grupo Raízen por natureza para os exercícios encerrados em 31 de março de 2021 e 2020 está detalhada como segue:

Combinado Consolidado	Exercício social encerrado em 31 de março de	
	2021	2020
Combustíveis para revendas, matérias primas e custos de coletas e transferências	(101.092.646)	(108.551.889)
Despesas com pessoal	(2.087.206)	(1.964.129)
Depreciação e amortização	(4.733.468)	(3.951.911)
Corte carregamento e transporte	(1.134.116)	(937.546)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(27.341)	9.686
Mudança no valor justo dos ativos biológicos	468.563	3.195
Materiais de manutenção	(464.873)	(395.740)
Despesas comerciais	(602.091)	(514.833)
Mão-de-obra contratada	(527.676)	(476.084)
Despesas de logística	(325.994)	(350.348)
Outros	(757.326)	(505.736)
Total de custos e despesas por natureza	(111.284.174)	(117.635.335)

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Observar item 10.2.a.ii.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores do Grupo Raízen afirmam que as variações na receita operacional líquida dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020 são explicadas principalmente pelo resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, ao aumento nos preços de diesel e gasolina no Brasil e aumento de preços de açúcar no Brasil e nos mercados internacionais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Uma proporção significativa das vendas de açúcar do Grupo Raízen é realizada em dólares estadunidenses. A estratégia de proteção cambial do Grupo Raízen visa mitigar as flutuações de curto e médio prazo, aumentando a previsibilidade de resultado de curto e médio prazo. No entanto, os efeitos do câmbio impactam a formação de preço de commodities negociadas pelo Grupo Raízen.

Uma proporção significativa da dívida do Grupo Raízen está atrelada à cotação do dólar estadunidense. Logo, a depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumenta a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas do Grupo Raízen. Entretanto, o Grupo Raízen tem política ativa de hedge que, conjuntamente com contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, compensaria significativamente o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira do Grupo Raízen.

A inflação afeta o desempenho financeiro do Grupo Raízen ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas ao dólar estadunidense). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. Não obstante, a inflação não teve um impacto material nos negócios do Grupo Raízen durante os períodos apresentados.

De um modo geral, a variação de preço dos principais insumos e produtos comercializados e distribuídos pelo Grupo Raízen é repassado aos seus consumidores finais, impactando a receita do Grupo Raízen.

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020 são o CDI e IGP-M.

RAÍZEN S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n.º 33.453.598/0001-23

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2022**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE LUCRO LÍQUIDO

(PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO A DA RESOLUÇÃO
CVM 81/22)

RAÍZEN S.A.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS GERAIS
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SEREM REALIZADAS EM 22 DE JULHO DE 2022**

ANEXO II

**Proposta de Destinação de Lucro Líquido, nos termos do Anexo A da Resolução
CVM 81/22**

1. Informar o lucro líquido do exercício:

R\$ 3.149.017.839,19.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

O montante total dos dividendos distribuídos corresponde a R\$ 741.681.826,25 (setecentos e quarenta e um milhões, seiscentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos) referente a juros sobre capital próprio já declarados e pagos, conforme abaixo detalhado:

Data da declaração	Tipo de provento	Período de referência	Valor total (em R\$)	Valor por ação (em R\$)	Classe de ação
31/03/2022	JCP	01/01/2022 até 31/03/2022	R\$ 287.200.000,00	R\$ 0,03	8.993.572.584 ON / 1.352.029.100 PN
31/12/2021	JCP	01/10/2021 até 31/12/2021	R\$ 227.870.124,60	R\$ 0,02	8.993.572.584 ON / 1.358.936.900 PN
30/09/2021	JCP	01/07/2021 até 30/09/2021	R\$ 168.115.161,75	R\$ 0,02	8.993.572.584 ON / 1.358.936.900 PN
30/06/2021	JCP	01/04/2021 até 30/06/2021	R\$ 58.496.539,90	R\$ 0,01	8.993.572.584 ON

Não houve distribuição de dividendos complementares aos juros sobre o capital próprio já declarados e pagos.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

23,55%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não aplicável, considerando que não houve distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Não aplicável, considerando que não haverá distribuição de dividendos, além do montante dos juros sobre o capital próprio já declarados e pagos, conforme descrito no item 2, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório, e não houve distribuição de dividendos complementares

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Não aplicável, uma vez que os valores já foram pagos, conforme datas indicadas no item 6.b abaixo.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Não aplicável, considerando que não haverá distribuição de dividendos, além do montante dos juros sobre o capital próprio já declarados e pagos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

O montante total dos dividendos corresponde a R\$ 741.681.826,25 (setecentos e quarenta e um milhões, seiscentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos) referente a juros sobre capital próprio já declarados.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os juros sobre capital próprio foram pagos nas seguintes datas:

- 22 de dezembro de 2021: R\$ 58.496.539,90
- 25 de março de 2022: R\$ 168.115.161,75
- 25 de março de 2022: R\$ 227.870.124,60
- 27 de abril de 2022: R\$ 287.200.000,00

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:****b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:**

	31/03/2022		31/03/2021		31/03/2020	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Lucro Líquido	R\$ 3.149.017.839,19		R\$ 996.485.624,46		R\$ 2.056.092.354,89	
Dividendos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.394.017.324,20 1.661.418.472 Ações ON R\$ 0,84 por ação	R\$ 0,01 - 1 Ação PN Classe A R\$ 1.726.246,00 - 100.000 Ações PN Classe D R\$ 0,82 - 81.897.057 Ações PN Classe E	R\$ 1.347.340.000,00 1.661.418.472 Ações ON R\$ 0,81 por ação	R\$ 0,01 - 1 Ação PN Classe A R\$ 729.412,00 - 100.000 Ações PN Classe D R\$ 0,82 - 81.897.057 Ações PN Classe E
Juros sobre Capital Próprio	R\$ 652.159.129,09 8.993.572.584 Ações ON R\$ 0,07 por ação	R\$ 89.522.697,16 1.358.936.900 Ações PN R\$ 0,06 por ação	R\$ 147.219.329,96 1.661.418.472 Ações ON R\$ 0,09 por ação	R\$ 0,00	R\$ 151.463.305,98 1.661.418.472 Ações ON R\$ 0,09 por ação	R\$ 0,00
Total distribuído	R\$ 652.159.129,09	R\$ 89.522.697,16	R\$ 1.541.236.654,16	R\$ 1.726.246,83	R\$ 1.498.803.305,98	R\$ 729.412,83

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**a. Identificar o montante destinado à reserva legal:**

Não houve destinação à reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Não houve destinação de parte do lucro líquido para a reserva legal, tendo em vista que a Companhia possui hoje reservas de capital que excedem 30% do seu capital social, nos termos do § 1º do art. 193 da Lei das S.A.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Os dividendos atribuíveis às ações preferenciais são os mesmos atribuíveis às ações ordinárias em igualdade de condições, ou seja, o cálculo de dividendos mínimos previstos para ações preferenciais é equivalente ao dividendo mínimo previsto para ações ordinárias, conforme descrito no item 10 (a) deste Anexo.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Há apenas uma classe de ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

A destinação do lucro líquido apurado no exercício social, calculado após as deduções e ajustes previstos na Lei das Sociedades por Ações, observará a seguinte ordem de

destinação, salvo decisão em contrário dos acionistas, em conformidade com as disposições do Estatuto Social e da legislação aplicável (e sendo certo que o voto dos acionistas que forem parte de Acordo de Acionistas estará sujeito ao ali disposto):

- (i) primeiro, 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até atingir o menor valor dentre (x) 20% (vinte por cento) do capital social ou (y) 30% (trinta por cento) do capital social acrescido de contribuições que ultrapassam a importância destinada à formação do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital, exceder o menor dentre os valores de (x) e (y), não será obrigatória a alocação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (ii) segundo, valor necessário para o pagamento dos dividendos obrigatórios às ações ordinárias e ações preferenciais, que não pode ser inferior, em cada exercício social, a 1% (um por cento) do lucro líquido anual ajustado, conforme estabelecido no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) terceiro, até 80% (oitenta por cento) do lucro líquido para a constituição de uma reserva estatutária para operações e novos investimentos/projetos ("Reserva Estatutária"), que não poderá exceder o percentual de 80% (oitenta por cento) do capital social, observado que o valor a ser destinado a cada exercício para essa reserva deve ser aprovado pela assembleia geral, sendo certo que o voto dos acionistas que forem parte de Acordo de Acionistas estará sujeito ao ali disposto, e nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social; e
- (iv) quarto, o pagamento do valor restante a título de dividendos complementares às ações ordinárias e preferenciais ou na forma de qualquer outra distribuição que possa ser determinada em assembleia geral.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

Sim, já foi pago conforme descrito anteriormente.

c. Informar o montante eventualmente retido:

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 30, inciso (iii) do Estatuto Social da Companhia autoriza a destinação de parcela correspondente a até 80% (oitenta por cento) do lucro líquido para a constituição de uma reserva estatutária para operações e novos investimentos/projetos ("Reserva Estatutária"), que não poderá exceder o percentual de 80% (oitenta por cento) do capital social, observado que o valor a ser destinado a cada exercício para essa reserva deve ser aprovado pela assembleia geral, sendo certo que o voto dos acionistas que forem parte de Acordo de Acionistas estará sujeito ao ali disposto.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 2.031.533.081,44.

c. Descrever como o montante foi calculado

Nos termos do artigo 30, inciso (iii), do Estatuto Social da Companhia, será destinada à Reserva Estatutária parcela correspondente a até 80% (oitenta por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, correspondente ao valor remanescente após as destinações feitas para a constituição da reserva legal e o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O montante de R\$ 2.031.533.081,44 (dois bilhões, trinta e um milhões, quinhentos e trinta e três mil, oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos) corresponde a 64,5% do lucro líquido ajustado do exercício.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

R\$ 375.802.931,50 (trezentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e dois mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta centavos).

b. Explicar a natureza da destinação

O montante de R\$ 375.802.931,50 ((trezentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e dois mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta centavos) destinado para a reserva de incentivos fiscais é composto conforme abaixo:

<i>(em milhares de reais)</i>	Benefício fiscal	31/03/2022
Governo Federal	Venda de diesel ⁽¹⁾	R\$ 212.722
Goiás	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás ⁽²⁾	R\$ 106.489
Mato Grosso do Sul	Termo de acordo n° 331/2008 ⁽³⁾	R\$ 56.592
Total		R\$ 375.803

Sendo que (1) refere-se à subvenção econômica dada pelo governo federal nas operações de venda de diesel, da controlada direta Blueway; (2) refere-se ao programa de incentivo estadual “Produzir” junto ao Estado de Goiás, na forma de financiamento de parte do pagamento do ICMS; e (3) refere-se ao benefício fiscal nas operações de industrialização de açúcar naquele Estado, equivalente a 67% do saldo devedor do ICMS e ao crédito presumido do etanol.

* * *

RAÍZEN S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n.º 33.453.598/0001-23

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2022**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Atualmente, a Companhia não possui uma política de remuneração específica para os diretores estatutários e Conselho de Administração. Isso ocorre, pois, como os diretores estatutários são empregados da Companhia, estão sujeitos à mesma prática de administração salarial que dita as diretrizes dos demais empregados. Esta prática corresponde às diretrizes de gestão salarial para admissões, promoções e demais movimentações dentro da Companhia para todos os níveis.

Além disso, a Companhia possui uma tabela salarial, que dita qual o salário, incentivo de curto e longo prazo por nível hierárquico um empregado está sujeito. A descrição da prática não fica disponível para consulta externa na rede mundial de computadores.

Os objetivos e práticas de remuneração têm o intuito de atrair e reter talentos e bons profissionais que demonstrem qualificação, competência e perfil alinhado às características e necessidades da Companhia, a fim de gerar resultados e aumentar o valor da Companhia.

Tal qual destacado no Estatuto Social da Companhia, a remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria é estabelecida anualmente pela assembleia geral, responsável pela alocação, estrutura e distribuição dessa remuneração entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria. A Remuneração Global é aprovada em Assembleia Geral Ordinária, e os documentos relacionados às Assembleias podem ser localizados no site de Relações com Investidor da Companhia e na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia determina as remunerações de seus profissionais de acordo com: (a) as funções e responsabilidades de cada um, incluindo o tempo dedicado às suas funções; (b) sua competência e reputação profissional em comparação com o padrão de outros executivos e profissionais, e (c) o desempenho coletivo das equipes em relação às metas operacionais e de lucratividade da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Historicamente, apenas um membro de nosso Conselho de Administração era remunerado: o Presidente Executivo do Conselho de Administração. Essa decisão foi inerente à própria criação da *joint venture*, que desde sua concepção reconheceu o valor trazido pelo atual Presidente Executivo do Conselho de Administração à Companhia, ao tempo dedicado às atividades da Companhia e às diversas funções que ele se comprometeu a assumir para o devido estabelecimento e desenvolvimento contínuo da *joint venture*. Nosso conselho é composto também por membros independentes, os quais fazem jus a remuneração condizente com essa função, ou seja, remuneração fixa mensal alinhada ao mercado, dada avaliação de consultorias de remuneração externas.

Presidente Executivo do Conselho de Administração

O Presidente Executivo do Conselho de Administração da Companhia tem uma função singular e intrínseca à própria formação da *joint venture*. Desde a formação da Companhia, o atual Presidente Executivo do Conselho de Administração é considerado e visto pelos acionistas e pelo mercado como um dos elementos fundamentais do negócio e um dos grandes responsáveis pelo crescimento, visão estratégica e desenvolvimento das atividades do Grupo Raízen ("Grupo"). Dessa forma, ao contrário do que se verifica para os demais membros, o Presidente Executivo do Conselho de Administração recebe uma remuneração definida quando da constituição da *joint venture*, aprovada anualmente pela assembleia geral ordinária, à luz dos critérios previstos no art. 152 da Lei nº 6.404/1976. Esta remuneração é composta de parcelas fixa e variável, que leva em consideração a extensão das atividades a ele atribuídas, a singularidade de sua atuação e, por consequência, o valor que, no entendimento dos acionistas, o Presidente Executivo do Conselho de Administração agrega à Companhia.

Cabe notar que, além de suas atribuições legais, o Presidente Executivo do Conselho de Administração, tem as seguintes atribuições no Grupo Raízen, que justificam a sua remuneração em patamar superior àquela recebida pelos demais administradores: (i) acompanhar as atividades do Grupo, interagindo com os membros da Diretoria e da administração sênior, participando de reuniões e videoconferências conforme lhe seja demandado, bem como participando na análise de documentos e materiais internos, sobre temas estratégicos ou relevantes que lhe sejam encaminhados, dando suporte nas discussões conforme requerido; (ii) atuar como interlocutor do Grupo nacional e internacionalmente, buscando e explorando oportunidades estratégicas e/ou de expansão dos negócios do Grupo, sem prejuízo das competências da Diretoria; (iii) dar suporte nas

atividades relacionadas à definição da matriz de riscos do Grupo; (iv) supervisionar a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral e execução da estratégia de curto e longo prazo do Grupo, conforme objetivos e interesses do Grupo estabelecidos pelos acionistas e pelo Conselho de Administração da Companhia; (v) participar de reuniões com a Diretoria para acompanhamento estratégico dos seus negócios e operações, em periodicidade e formato a serem definidos; (vi) auxiliar na definição da governança, periodicidade e níveis de interação entre a Diretoria, os comitês, o Conselho de Administração, e os acionistas da Companhia; (vii) ser o interlocutor do Conselho de Administração com a Diretoria e demais colaboradores da Companhia; (viii) dar suporte na definição e coordenação das pautas de reuniões do Conselho de Administração da Companhia, dos calendários de reuniões e das Assembleias Gerais da Companhia, e realizar as convocações de reuniões do Conselho de Administração da Companhia; (ix) atuar na representação institucional do Grupo, no Brasil e no exterior, inclusive perante autoridades governamentais ou supragovernamentais, sem prejuízo dos poderes exclusivos de representação legal da Companhia por seus diretores; (x) auxiliar na originação e acompanhamento de novas oportunidades de negócios e operações estratégicas para o Grupo, sem prejuízo das competências da Diretoria; (xi) fomentar a colaboração e sinergias entre a direção da Companhia e de suas subsidiárias, controladas e coligadas, inclusive encaminhando questões no Conselho de Administração da Companhia e nos respectivos comitês; e (xii) acompanhar os negócios da Companhia e zelar sobre a alocação de recursos entre unidades de negócios, gestão de talentos e fluxo de caixa, a fim de assegurar que a gestão esteja alinhada com os objetivos e interesses aprovados pelo Conselho de Administração e pelos acionistas da Companhia.

Por ser uma peça-chave para o negócio, em 2011, à época da criação da *joint venture* e como condição de sua formação, os acionistas da Companhia celebraram diversos acordos (aditados ao longo dos anos) que, dentre outros temas, estabeleceram que o atual Presidente Executivo do Conselho de Administração deveria atuar nesta função pelo prazo mínimo de 15 anos (desde que continue apto para exercer o cargo), fazendo jus a uma remuneração previamente acordada, composta de parcela fixa e variável, de acordo com critérios estabelecidos nos referidos documentos.

A parcela fixa dessa remuneração é paga mensalmente, em valores atualizados anualmente. A parcela variável é determinada de acordo com o efetivo cumprimento de suas atribuições e o atingimento de metas e resultados estabelecidos pela Companhia e pela Raízen Energia (em conjunto, "Companhias"). Adicionalmente, o atual Presidente Executivo do Conselho de Administração faz jus ao reembolso de despesas devidamente comprovadas no exercício de suas funções como administrador da Companhia.

Diretoria Estatutária e Diretoria Não-Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não-Estatutária têm sua remuneração dividida em:

- (i) remuneração fixa determinada de acordo com as práticas de mercado para posições de complexidade similar, em valores fixos de periodicidade mensal;
- (ii) remuneração variável atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustadas de acordo com desempenho individual e das áreas sob gestão, assim como entregas estratégicas. Além disso, há também parcela da remuneração variável de longo prazo atrelada a performance e resultados de longo prazo da Companhia; e
- (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, check-up, assistência odontológica, participação no plano de previdência privada ao qual a Companhia também realiza contribuições, seguro de vida, Programa de Assistência ao Empregado (apoio psicológico, serviço social, orientação jurídica e consultoria financeira) e financiamento de veículos.

Em relação à remuneração variável da Companhia de curto prazo, essa é determinada por múltiplos salariais que poderão ser alavancados pelo desempenho individual e da Companhia e/ou de suas empresas controladas. Os principais indicadores de desempenho da Companhia são EBITDA, retorno sobre capital investido, controle das despesas administrativas e geração de caixa. Os principais elementos de avaliação de desempenho da Companhia estão descritos abaixo. Cabe ressaltar que o peso de cada um dos elementos é influenciado pela área de atuação da Companhia, sempre garantindo que as metas relacionadas a saúde, segurança e meio ambiente tenham peso relevante.

- Crescimento sustentável dos negócios - a métrica deve ser uma combinação entre crescimento de volume/penetração de mercado, avaliando o ambiente competitivo, bem como margens operacionais, de forma que o crescimento apresentado esteja alinhado a retornos mínimos estabelecidos, medidos conforme os parâmetros listados abaixo: (i) EBITDA; (ii) Geração de caixa; e (iii) Retorno sobre Capital.

- Excelência operacional - a métrica deve ser estabelecida mediante comparação com *benchmarks* locais e internacionais, buscando sempre medir a eficácia dos processos, podendo sofrer ajustes a depender das particularidades do negócio: (i) a melhoria contínua dos processos; e o (ii) controle das despesas administrativas. A avaliação de desempenho individual é composta por metas financeiras e de sustentabilidade (saúde, segurança das pessoas e das operações e meio ambiente), projetos, elementos comportamentais e de atitude, bem como pelo compromisso com formação da sucessão e

desenvolvimento de pessoas e pela aderência aos compromissos com o desenvolvimento sustentável da Companhia e em conformidade às melhores práticas do mercado de seu ramo de atuação.

Em relação à Remuneração Variável de Longo Prazo, a Companhia possuía um plano histórico estruturado com o objetivo de atrelar parte da remuneração total dos administradores e outros colaboradores da Companhia às metas individuais e coletivas de longo prazo, lastreada em ações da Cosan S.A. e Shell PLC. Este plano tinha por objetivo: (i) reforçar o compromisso da Raízen com a meritocracia; (ii) criação de valor ao longo do tempo, gerando sustentabilidade ao negócio da Companhia e alinhamento com seus acionistas; (iii) direcionar e recompensar o atingimento de resultados por meio de metas claras e simples; e (iv) aumentar a percepção de retenção e parceria entre os participantes e a Companhia.

Com a realização da oferta pública inicial (“IPO”) da Companhia, todos os direitos em aberto no âmbito de tal plano de Remuneração Variável de Longo Prazo foram migrados para o seu Plano de Remuneração Baseado em Ações (“Plano de Ações”), para que a Companhia tenha a opção de liquidar os direitos remanescentes mediante a transferência de ações da própria Companhia. Os termos e condições deste plano estão descritos neste item 13.

Além disso, com a realização do IPO, a Companhia integrou à sua prática de remuneração variável de longo prazo a outorga de ações restritas e ou opções de compra de ações, com base no seu Plano de Ações, conforme descritos ao longo deste item 13, que substituiu o modelo anterior de remuneração variável de longo prazo.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

Comitês

Os membros de nossos comitês, com exceção de um membro de nosso Comitê de Auditoria Estatutário, atualmente não recebem remuneração específica por sua atuação no referido comitê.

Com relação ao Comitê de Auditoria Estatutário, a coordenadora de referido comitê, por ser membro independente que não compõe qualquer outro órgão da administração da Companhia, faz jus a remuneração condizente com essa função, ou seja, remuneração fixa mensal alinhada ao mercado, dada avaliação de consultorias de remuneração externas.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os últimos 3 (três) exercícios sociais:

2021' 2022	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	79%	21%	-	100%
Diretoria Estatutária	17%	52%	31%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-

2020' 2021	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	81%	19%	-	100%
Diretoria Estatutária	28%	72%	-	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-

2019' 2020	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	67%	33%	-	100%
Diretoria Estatutária	29%	71%	-	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia procura manter a competitividade e atualidade de sua prática de remuneração. Para tanto, realiza periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia. Eventualmente, quando aplicável, são realizadas pesquisas específicas para determinadas posições-chave, conselhos e comitês, visando tornar ainda mais precisas as análises.

Os resultados de tais pesquisas, assim como os acordos coletivos firmados entre a Companhia e sindicato servem de base para os estudos de atualização dos valores, múltiplos de salário, benefícios e práticas de remuneração. Paralelamente, a Companhia busca ajustar a distribuição do montante global da remuneração entre componentes fixos e variáveis, para garantir o alinhamento entre os interesses dos executivos e dos acionistas, a curto e longo prazo.

Especificamente no que diz respeito ao Presidente Executivo do Conselho de Administração, conforme indicado anteriormente, sua remuneração foi determinada na concepção da *joint venture*, tendo levado em consideração a extensão das atividades a ele atribuídas, a singularidade de sua atuação e, por consequência, o valor que, no entendimento dos acionistas, o Presidente Executivo do Conselho de Administração agrega à Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição determinada para a remuneração da administração da Companhia procura (i) atrair e reter os mais qualificados administradores, e (ii) alinhar interesses de executivos e acionistas da Companhia. Sendo assim, os valores pagos a título de remuneração e a distribuição dos montantes globais de remuneração entre os componentes da remuneração dos administradores baseiam-se em tais objetivos. Em relação à remuneração do Presidente Executivo do Conselho de Administração, vide esclarecimentos prestados no item 13.1, b (i), acima, a respeito das suas competências, responsabilidades e tempo dedicado ao Grupo Raizen.

Conforme já exposto, a remuneração do Presidente Executivo do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é composta por elementos fixos e variáveis. Os membros independentes do Conselho de Administração, em linha com a prática de mercado, possuem apenas remuneração fixa. Dessa forma, busca-se não apenas refletir as melhores práticas de mercado, mas também alinhar interesses dos executivos aos interesses dos acionistas da Companhia. Por este motivo, sobretudo no caso da Diretoria, parte significativa da remuneração é composta por elementos variáveis, de curto e de longo prazo, sendo a remuneração variável de curto prazo determinada por múltiplos salariais que poderão ser alavancados pelo desempenho individual e da Companhia e/ou de suas empresas controladas, conforme descrito acima no item 13.1.b (i).

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração da Companhia, exceto pelo Presidente Executivo do Conselho de Administração, conforme descrito no item 13.1(b)(i) acima, e pelos membros independentes, que possuem remuneração fixa, alinhada as práticas de mercado, renunciaram expressamente à remuneração que faziam jus em razão do exercício de outros cargos e atividades remuneradas em outras empresas não concorrentes da Companhia. Conforme já exposto, o Presidente Executivo do Conselho de Administração exerce função institucional, intrínseca à própria formação da *joint venture* e substancialmente diferente daquela exercida pelos demais membros. Dessa forma, naturalmente, recebe tratamento diferenciado no que se refere aos patamares de remuneração. Desta maneira, são remunerados o Presidente Executivo do conselho de Administração e os membros independentes, mantendo a estrutura dos demais membros como não remunerados mesmo após a realização do IPO.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia considera, para a determinação do elemento fixo da remuneração de seus administradores (i) as melhores práticas de mercado, verificadas através de pesquisas periódicas com empresas de mesmo porte da Companhia, quando aplicável; e (ii) o nível de complexidade e responsabilidade das funções exercidas pelos administradores. O elemento variável considera parâmetros de desempenho.

Conforme já detalhado acima, os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são: EBITDA, sendo este o gatilho determinante para o pagamento de remuneração variável no exercício, ROACE - (*Return on Average Capital Employed*), Fluxo de Caixa Livre, Gestão de Despesas, TSR - (*Total Shareholder Return Relative*), além de outras métricas específicas das diversas diretorias e áreas da Companhia. A avaliação de desempenho individual é composta por metas financeiras e de sustentabilidade (saúde, segurança das pessoas e das operações e meio ambiente), projetos, elementos comportamentais e de atitude, bem como pelo compromisso com formação da sucessão e desenvolvimento de pessoas, e pela aderência aos compromissos com o desenvolvimento sustentável da Companhia e em conformidade às melhores práticas do mercado de seu ramo de atuação.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Parcela significativa do valor total pago aos administradores é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração no exercício, levando-se em conta os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia. Não obstante, a parcela fixa da remuneração é estabelecida com a finalidade de atrair e reter bons profissionais de mercado que estejam dispostos a dedicar tempo considerável e assumir responsabilidades que não têm relação direta com os resultados financeiros da Companhia, mas contribuem para o desenvolvimento de seus negócios. O pacote de remuneração do Presidente Executivo do Conselho de Administração é avaliado a cada dois anos, seguindo o cumprimento de suas atribuições definidas estatutariamente. No que diz respeito a sua remuneração variável, essa é avaliada anualmente em linha com os indicadores de performance da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

Para isso, a remuneração variável além de elementos relacionados à posição do cargo na estrutura organizacional e o fator de performance individual, leva também em consideração a aplicação de dois fatores atrelados à performance do negócio: um fator que mensura a performance da Companhia como um todo, e outro com resultado das áreas sob gestão.

Além disso, a Companhia descreve o Plano de Ações no decorrer deste documento, que tem como objetivo conectar parcela da remuneração dos administradores a metas de longo- prazo, criando valor ao emissor por meio desta relação.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Com exceção à remuneração global conjunta apresentada no item 13.2 abaixo para a Companhia e para a Raizen Energia, cujos efeitos no resultado de cada uma delas são remediados por meio das notas de débito para reembolso pagos de uma parte à outra, os membros da administração da Companhia que exercem funções em outras sociedades do grupo não recebem qualquer remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas da Companhia em decorrência de suas atividades exercidas na Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Conforme descrito no item 13.4, a Companhia possui Plano de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 02 de junho de 2021. No âmbito do Plano de Ações, a Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de julho de 2021 o Programa de Outorga de Ações Restritas - Incentivo IPO, um programa específico com a finalidade de outorgar uma quantidade de ações restritas a determinados executivos, baseada no *valuation* da Companhia em seu IPO.

Após determinada a quantidade de outorgas de cada participante, a quantidade efetiva de ações que cada participante poderá receber estará vinculada a condições de permanência e de performance baseadas nos resultados futuros da Companhia, a serem verificadas e liberadas anualmente, ao longo de um período entre 5 anos.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global é definida e aprovada pela Assembleia Geral, com base na proposta submetida pela administração. Como visto acima, remuneração do Presidente Executivo do Conselho de Administração foi pré-definida nos contratos de formação da *joint venture* e tem o caráter personalíssimo, considerando a importância do atual Presidente Executivo do Conselho de Administração para o Grupo Raizen e seus negócios, e sua parcela variável está atrelada ao cumprimento de metas e funções estabelecidas comercialmente quando da formação da *joint venture*. A remuneração dos Conselheiros Independentes é determinada pelo Conselho de Administração. A remuneração do Diretor Presidente da Companhia é proposta pelo Comitê de Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração. Por fim, o Diretor Presidente da Companhia determina a remuneração dos Diretores Estatutários, com base também em proposta de critérios de remuneração variável sugeridas pelo Comitê de Remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Procuramos manter a competitividade de nossa prática de remuneração, realizando periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, comparando nossas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte. Eventualmente, são realizadas pesquisas específicas para determinadas posições-chave, conselhos e comitês, visando tornar ainda mais precisa as análises.

Os resultados de tais pesquisas, assim como os acordos coletivos firmados entre nós e o sindicato servem de base para os estudos de atualização dos valores, múltiplos de salário, benefícios e práticas de remuneração. Paralelamente, buscamos ajustar a distribuição do montante global da remuneração entre componentes fixos e variáveis, para garantir o alinhamento entre os interesses dos nossos executivos e dos nossos acionistas, a curto e longo prazo. Em relação à remuneração do Presidente Executivo do Conselho de Administração, vide esclarecimentos prestados no item 13.1, b(iii).

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Comitê de Remuneração analisa anualmente a adequação da nossa prática de remuneração, avaliando se a remuneração condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, a situação econômico-financeira da companhia e do setor de atuação. Em relação à remuneração do Presidente Executivo do Conselho de Administração, vide esclarecimentos prestados no item 13.1, b(iii).

13.Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/03/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	6,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	3,00	6,00	0,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	45.376.769,41	18.262.674,57	0,00	63.639.443,99
Benefícios direto e indireto	-	1.164.170,19	-	1.164.170,19
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	22.029.680,46	7.741.666,47	-	29.771.346,93
Participação de resultados	-	22.619.130,06	-	22.619.130,06
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	21.173.757,31	-	21.173.757,31
Observação	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para este item, consideramos apenas executivos estatutários da Raízen S.A. Encargos não são considerados.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para este item, consideramos apenas executivos estatutários da Raízen S.A. Encargos não são considerados.	-	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para este item, consideramos apenas executivos estatutários da Raízen S.A. Encargos não são considerados.
Total da remuneração	67.406.449,88	70.961.398,60	0,00	138.367.848,48

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,33	6,00	0,00	13,33
Nº de membros remunerados	2,33	6,00	0,00	8,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	42.877.752,50	9.941.745,61	0,00	52.818.877,91
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	11.175.425,18	7.145.549,27	0,00	18.320.974,44
Participação de resultados	0,00	15.293.629,10	0,00	15.293.629,10
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	7.056.984,57	0,00	7.056.984,57
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	17.435.535,91	0,00	17.435.535,91
Observação	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	54.053.177,68	56.872.824,26	0,00	110.926.001,93

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	45.575.569,24	10.474.708,76	0,00	56.050.278,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	10.960.226,48	17.224.944,67	0,00	28.185.171,15
Participação de resultados	0,00	10.178.035,88	0,00	10.178.035,88
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	56.535.795,72	37.877.689,31	0,00	94.413.485,03

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	43.366.450,76	10.403.600,69	0,00	53.770.051,45
Benefícios direto e indireto	0,00	339.134,32	0,00	339.134,32
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	21.607.872,60	10.894.720,67	0,00	32.502.593,27
Participação de resultados	0,00	15.710.566,07	0,00	15.710.566,07
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	64.974.323,36	37.348.021,75	0,00	102.322.345,11

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal****Remuneração variável prevista para exercício social corrente (31/03/2023)**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	6,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 22.029.680,46	R\$ 7.741.666,47	-	R\$ 29.771.346,93
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ 11.014.840,23	R\$ 4.232.551,75	-	R\$ 15.247.391,98
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$ 22.619.130,06	-	R\$ 22.619.130,06
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	R\$ 11.234.969,33	-	R\$ 11.234.969,33

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/03/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,33	6,00	-	13,33
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	-	7,00
Bônus			-	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 21.027.462,24	R\$ 7.850.447,84	-	R\$ 28.877.910,08
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$ 10.513.731,12	R\$ 4.378.620,58	-	R\$ 14.892.351,70
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 11.175.425,18	R\$ 7.145.549,27	-	R\$ 18.320.974,44
Participação nos resultados			-	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$ 19.771.498,27	-	R\$ 19.771.498,27
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 10.014.494,26	-	R\$ 10.014.494,26
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	R\$ 15.293.629,10	-	R\$ 15.293.629,10

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/03/2021**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	-	12,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	-	7,00
Bônus			-	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 22.787.784,64	R\$ 18.386.877,73	-	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$ 11.393.892,34	R\$ 5.686.111,12	-	
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 10.960.226,48	R\$ 17.224.944,67		
Participação nos resultados			-	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$ 15.104.385,17	-	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 5.920.592,44	-	
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social		R\$ 10.178.035,88		

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/03/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	-	12,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	-	7,00
Bônus			-	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 21.683.225,38	R\$ 11.374.407,46	-	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ 10.841.612,70	R\$ 10.113.041,99	-	
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 21.607.872,60	R\$ 10.894.720,67	-	
Participação nos resultados			-	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$ 22.094.112,06	-	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	R\$ 14.293.605,39	-	
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	R\$ 15.710.566,07	-	

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais:

A Companhia aprovou, em assembleia geral extraordinária realizada em 02 de junho de 2021, o seu Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano de Ações"), estabelecendo os termos e condições para a outorga de ações restritas ou de opções de compra aos administradores e empregados da Companhia e demais sociedades sob o seu controle.

O Plano de Ações estabelece os termos e condições para que administradores e empregados da Companhia e demais sociedades sob o seu controle recebam outorgas de ações restritas ou de opções de compra da Companhia, com vistas a estimular o alinhamento com a expansão da Companhia, o êxito e a consecução dos seus objetivos sociais e dos interesses de seus acionistas.

O Plano de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual pode, observadas as restrições previstas na legislação aplicável, servir-se do Comitê de Remuneração para assessorá-lo na administração do plano.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, tem amplos poderes, respeitados os termos do Plano de Ações e, no caso do Comitê de Remuneração, as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, para a organização e administração do Plano de Ações para a remuneração baseada em ações.

Sujeito aos termos e condições deste Plano de Ações, a remuneração baseada em ações de acordo com os seus termos poderá ser outorgada sob a forma de opções de compra de ações de emissão da Companhia ("Opções") ou sob a forma de um direito ao recebimento futuro de ações de emissão da Companhia ("Ações Restritas"). O Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, criarão, periodicamente, com base na prática de remuneração da Companhia, programas de concessão de Ações Restritas ou Opções da Companhia ("Programas"), nos quais determinará, dentre outras condições: (i) os Participantes; (ii) se o Programa envolverá a outorga de Ações Restritas ou Opções; (iii) a quantidade de Ações Restritas ou Opções objeto do respectivo Programa; (iv) a forma de transferência das Ações Restritas ou Opções, que poderá se dar em lotes; (v) no caso de Ações Restritas, o período de carência para aquisição do direito de transferência das Ações ou, no caso de Opções, o prazo para aquisição do direito ao seu exercício; (vi) eventuais Condições de Performance a que as Ações Restritas ou Opções estejam sujeitas; (vii) eventuais períodos de restrição à negociação das ações recebidas em razão da liquidação das Ações Restritas ou das Opções (*lock-up*); e (viii) eventuais disposições sobre penalidades. Os termos e condições de cada outorga individual constarão do contrato a ser firmado com cada participante.

Cada Ação Restrita ou Opção conferirá ao seu titular o direito ao recebimento de 1 (uma) Ação da Companhia, exceto se a Ação Restrita ou Opção estiver sujeita a Condições de Performance determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Comitê de Remuneração, caso em que o número de Ações que serão recebidas será determinado de acordo com tais Condições de Performance.

b. principais objetivos do plano:

O Plano de Ações tem por objetivo permitir que os administradores ou empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, sujeitos a determinadas condições, recebam Ações Restritas ou Opções da Companhia, com vistas a estimular o alinhamento com a expansão da Companhia, o êxito e a consecução dos seus objetivos sociais e dos interesses de seus acionistas.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos:

Ao vincular a efetiva entrega de ações à permanência do executivo na Companhia e/ou em suas controladas, o Plano de Ações contribui para a retenção de seus executivos-chave. Além disso, ao possibilitar que administradores e empregados da Companhia se tornem seus acionistas, bem como ao vincular tais outorgas a metas de performance, espera-se que os participantes no Plano de Ações tenham incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor na Companhia no longo prazo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

A remuneração variável de longo prazo, na qual insere-se o Plano de Ações, constitui parte significativa da remuneração total de nossos administradores, e vincula os interesses dos executivos dos acionistas e ao desempenho da Companhia, uma vez que os ganhos percebidos pelos executivos estão diretamente vinculados ao valor das ações no momento da concessão efetiva das ações e às condições de performance que forem aplicáveis às respectivas outorgas. A perspectiva de geração de valor e aferição dos benefícios correspondente estimula ainda a retenção de tais executivos em suas posições dentro da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:**

O Plano de Ações alinha os interesses de médio e longo prazos dos administradores e dos acionistas mediante a outorga de Ações Restritas ou de Opções pois o benefício aos executivos será maior conforme a valorização das ações da Companhia entre a data da outorga e a data da sua liquidação em ações, alinhando os seus interesses aos interesses da Companhia e dos acionistas. O Plano de Ações também fortalece o alinhamento de interesses dos executivos e dos acionistas ao (i) considerar aspectos como desempenho, complexidade da função, estímulo à retenção e potencial, entre outros, capturados mediante o estabelecimento de condições de performance às outorgas, e (ii) exigir que os executivos permaneçam vinculados à Companhia ou uma de suas controladas até o final do período de *vesting* das outorgas.

f. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que poderá ser entregue no âmbito do Plano de Ações, corresponderá a até 2% (dois por cento) do número total de ações da Companhia.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Idem acima.

h. condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, criarão, periodicamente, com base na prática de remuneração da Companhia, os Programas, nos quais determinará, dentre outras condições: (i) os Participantes; (ii) se o Programa envolverá a outorga de Ações Restritas ou Opções; (iii) a quantidade de Ações Restritas ou Opções objeto do respectivo Programa; (iv) a forma de transferência das Ações Restritas ou Opções, que poderá se dar em lotes; (v) no caso de Ações Restritas, o período de carência para aquisição do direito de transferência das Ações ou, no caso de Opções, o prazo para aquisição do direito ao seu exercício; (vi) eventuais Condições de Performance a que as Ações Restritas ou Opções estejam sujeitas; (vii) eventuais períodos de restrição à negociação das ações recebidas em razão da liquidação das Ações Restritas ou das Opções (*lock-up*); e (viii) eventuais disposições sobre penalidades. Os termos e condições de cada outorga individual constarão do contrato a ser firmado com cada participante.

Quando do lançamento de cada programa, o Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, fixa os termos e as condições das Ações Restritas ou das Opções, em contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada participante ("Contrato"), sempre de acordo com o respectivo plano de incentivo e programa.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de julho de 2021, no âmbito do seu Plano de Ações, três programas de outorga de ações restritas, descritos a seguir.

Incentivo IPO

O Programa de Outorga de Ações Restritas denominado “Incentivo IPO”, tem a finalidade de outorgar uma quantidade de ações restritas a determinados executivos baseada no *valuation* da Companhia em seu IPO. A eficácia das outorgas no âmbito do Incentivo IPO foi verificada em razão da consumação do IPO da Companhia.

Mediante a consumação do IPO e determinação da quantidade de outorgas a que cada participante faz jus, tais outorgas estão sujeitas a um período de *vesting* total de 5 anos contados da data definida em cada contrato, com liberações anuais. A partir da segunda parcela anual, a aquisição do direito de receber ações estará sujeita, além da permanência do participante na Companhia, ao atingimento de condições de performance baseadas nos resultados da Companhia no exercício imediatamente anterior, a serem verificadas a cada ano.

Novo VLP

O Programa de Outorga de Ações Restritas denominado “Novo VLP” tem a finalidade de outorgar uma quantidade de ações restritas a determinados administradores ou empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto, dentro da sua prática de remuneração variável.

Mediante a consumação do IPO, a Companhia aprovou outorgas anuais no âmbito do Novo VLP, que terão um prazo de *vesting* único de 3 anos contados da data definida em cada contrato. Dependendo da categoria de cada participante, as outorgas poderão estar sujeitas à permanência do participante na Companhia, ou poderão ter uma parcela de tais outorgas vinculadas também ao atingimento de condições de performance baseadas nos resultados da Companhia ao longo do período de *vesting*.

Programa de Transição

O Programa de Outorga de Ações Restritas denominado “Transição” tem a finalidade de outorgar uma quantidade de ações restritas a determinados administradores ou empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto com a finalidade de migrar as outorgas realizadas no plano histórico da Companhia descrito no item 13.1(b)(i) acima e permitir que tais outorgas possam ser liquidadas em ações da própria Companhia.

Mediante a consumação do IPO, a Companhia realizou outorgas de ações restritas aos atuais participantes do seu plano histórico, convertendo tais outorgas em outorgas de ações restritas dentro do programa Transição utilizando substancialmente as mesmas métricas de avaliação das outorgas atuais. As outorgas terão um prazo de *vesting* correspondente ao prazo remanescente das outorgas realizadas no plano anterior, e estarão sujeitas à permanência do participante na Companhia, bem como a conservação das regras do compromisso original com o beneficiário

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No caso de outorgas de Ações Restritas, a entrega de ações da Companhia será realizada a título gratuito aos Participantes.

No caso de outorgas de Opções, salvo determinação em contrário do Conselho de Administração, o preço de exercício das Opções será de R\$ 0,01 (um centavo) para cada Opção.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

A Companhia realiza periodicamente pesquisas de remuneração com o apoio de consultorias especializadas, comparando suas práticas às de outras empresas de mesmo setor, porte e origem de capital. A análise destas práticas é uma importante fonte de informações para a discussão e definição dos prazos das outorgas no âmbito do Plano de Ações. Também são considerados na definição dos prazos para exercício outros aspectos tais como *turnover* e estratégias para retenção de administradores chave, possibilidade de conquista dos objetivos de médio e longo prazo da Companhia, entre outros.

Especificamente com relação às outorgas que forem realizadas com a finalidade de migrar as outorgas no âmbito do seu atual Plano de Remuneração Variável de Longo Prazo, serão utilizados os prazos já em curso das outorgas anteriormente detidas pelos participantes.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

k. forma de liquidação

A liquidação das Ações Restritas ou das Opções poderá se dar, a critério do Conselho de Administração e nos termos da lei, através (i) no caso de Opções, da emissão de novas ações da Companhia, inclusive no âmbito do capital autorizado e sem direito de preferência aos demais acionistas; e/ou (ii) da transferência de ações em tesouraria da Companhia (“Ações”).

O Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, poderá ainda determinar se o pagamento do montante equivalente às ações restritas será realizado em ações ou em dinheiro.

Salvo se de outra forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Remuneração, a liquidação das outorgas dos programas Incentivo IPO, Novo VLP e Transição será feita através da transferência de ações em tesouraria.

l. restrições à transferência das ações

Os direitos e obrigações decorrentes do Plano de Ações, dos seus Programas e contratos são pessoais e intransferíveis e não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte, salvo se expressamente previsto neste Plano de Incentivo.

Salvo se de outra forma definida pelo Conselho de Administração ou pela legislação aplicável, as ações recebidas em decorrência da liquidação de Ações Restritas ou de Opções não estarão sujeitas a restrições de negociação no mercado.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à legislação, regulamentação ou jurisprudência de mercado de capitais, tributária, previdenciária ou trabalhista aplicáveis a planos de incentivo de longo prazo, poderá levar à revisão parcial ou integral do Plano de Ações, ou mesmo sua suspensão, a critério do Conselho de Administração.

A outorga das Ações Restritas ou das Opções nos termos do Plano de Ações não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária.

Se o número de ações existentes da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, pagamento de dividendos e juros sobre capital, serão feitos os ajustes apropriados no número de Ações Restritas e/ou Opções objeto dos programas e contratos que ainda não tenham sido transferidas aos participantes.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão, incorporação de ações ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, os Contratos dos Programas em vigência, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Remuneração, conforme o caso, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; (ii) ter seus prazos de carência antecipados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, estabelecerá, em cada Programa, as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Participantes da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia ao cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de Participantes.

Salvo se de outra forma definida pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Remuneração, para os casos de morte, invalidez permanente, aposentadoria, desligamento resultante de uma extinção da posição, o participante (e/ou seus respectivos herdeiros e/ou sucessores legais, conforme o caso) manterá um percentual de Ações Restritas ou Opções, conforme o caso, proporcional ao tempo transcorrido entre a Data de Outorga e a data prevista para *Vesting*. Nos casos de desligamentos (voluntários ou involuntários), as outorgas *unvested* serão canceladas. O Conselho de Administração tem autorização para julgar casos especiais não previstos acima, desde que preservados os direitos básicos do participante.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria****Remuneração variável prevista para exercício social corrente (31/03/2023)**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<i>No. total de membros</i>	7,33	6,00
<i>No. total de membros remunerados</i>	-	6,00
<i>Preço médio ponderado de Exercício:</i>		
<i>(a) Das ações em aberto no início do exercício social</i>	n/a	n/a
<i>(b) Das ações perdidas durante o exercício social</i>	n/a	n/a
<i>(c) Das ações exercidas durante o exercício social</i>	n/a	6,75
<i>(d) Das ações expiradas durante o exercício social</i>	n/a	n/a
<i>Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas</i>	n/a	Não haverá diluição. As ações são adquiridas no mercado e mantidas em ambiente de Tesouraria, até o momento da transferência para o beneficiário.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/03/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<i>No. total de membros</i>	7,33	6,00
<i>No. total de membros remunerados</i>	-	6,00
<i>Preço médio ponderado de Exercício:</i>		
<i>(a) Das ações em aberto no início do exercício social</i>	n/a	n/a
<i>(b) Das ações perdidas durante o exercício social</i>	n/a	n/a
<i>(c) Das ações exercidas durante o exercício social</i>	n/a	n/a
<i>(d) Das ações expiradas durante o exercício social</i>	n/a	n/a
<i>Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas</i>	n/a	n/a

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/03/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<i>No. total de membros</i>	6,00	6,00
<i>No. total de membros remunerados</i>	-	6,00
<i>Preço médio ponderado de Exercício:</i>		
<i>(a) Das ações em aberto no início do exercício social</i>	n/a	n/a
<i>(b) Das ações perdidas durante o exercício social</i>	n/a	n/a
<i>(c) Das ações exercidas durante o exercício social</i>	n/a	n/a
<i>(d) Das ações expiradas durante o exercício social</i>	n/a	n/a
<i>Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas</i>	n/a	n/a

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/03/2020**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<i>No. total de membros</i>	6,00	6,00
<i>No. total de membros remunerados</i>	-	6,00
<i>Preço médio ponderado de Exercício:</i>		
<i>(a) Das ações em aberto no início do exercício social</i>	n/a	n/a
<i>(b) Das ações perdidas durante o exercício social</i>	n/a	n/a
<i>(c) Das ações exercidas durante o exercício social</i>	n/a	n/a
<i>(d) Das ações expiradas durante o exercício social</i>	n/a	n/a
<i>Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas</i>	n/a	n/a

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária						
Data de outorga	N/A	12/07/2021	29/03/2022 ¹	29/03/2022 ¹	29/03/2022 ¹	29/03/2022 ¹	29/03/2022	29/03/2022
		Incentivo IPO	Programa Transição				Novo VLP	
Programas	N/A	IPO Incentive	VLP 16'17	Special Recognition 2017	17'18 – Ações	Special Recognition 2018	20'21 - PSU	20'21 - RSU
Quantidade de ações outorgadas	N/A	3.706.294	770.508	408.024	1.087.250	293.802	567.693	255.976
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	N/A	10% - 01/07/2022; 10% - 01/07/2023; 25% - 01/07/2024; 25% - 01/07/2025; 30% - 01/07/2026	01/07/2022	01/07/2022	01/07/2023	01/07/2023	01/07/2024	01/07/2024
Prazo máximo para exercício das ações	N/A	01/07/2026	01/07/2022	01/07/2022	01/07/2023	01/07/2023	01/07/2024	01/07/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	7,57 - 8,24	6,75	6,75	6,75	6,75	8,19	7,34

¹ As datas de outorga não são as datas da obrigação original com o beneficiário.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto**13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária****Ações em aberto ao final do exercício social
encerrado em 31/03/2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<i>No. total de membros</i>	7,33	6,00
<i>No. total de membros remunerados</i>	-	6,00
Ações ainda não exercíveis:		
<i>Quantidade</i>	n/a	7.089.547
<i>Data em que se tornarão exercíveis</i>	n/a	Entre 01/07/2022 e 01/07/2026
<i>Prazo máximo para exercício das ações</i>	n/a	01/07/2026
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>	n/a	n/a
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>	n/a	n/a
Ações exercíveis		
<i>Quantidade</i>	n/a	n/a
<i>Prazo máximo para exercício das ações</i>	n/a	n/a
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>	n/a	n/a
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>	n/a	n/a
<i>Valor justo das ações no último dia do exercício social</i>	n/a	n/a
<i>Valor justo do total das ações no último dia do exercício social</i>	n/a	n/a

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Para os programas de ações restritas - Programas VLP 16'17, VLP 17'18, Special Recognition 2017 e Special Recognition 2018, liquidados em ações, foi considerado como *fair value* o valor da ação da data da modificação dos termos, para pagamento em ações Raízen, no valor de R\$6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos). As demais premissas desta seção não se aplicam neste caso.

Novo VLP

O plano em questão trata-se de um Plano de Ações Restritas parcialmente sujeitas a Condições de Performance. Parte do lote está sujeito apenas à permanência do participante durante o prazo de *vesting*, sendo considerada uma *Restricted Share Unit* (RSU). A outra parte estará sujeita à permanência do participante durante o prazo de *vesting* e do atingimento das Condições de Performance, sendo classificada como Performance Share Unit (PSU). As informações serão apresentadas por parcela a seguir.

Parcela Restricted Share Unit (RSU)

a. Modelo de precificação

Como esta parcela é de ações liquidada em instrumentos patrimoniais, o valor justo (*fair value*) utilizado na contabilização é igual à cotação da ação Raízen na data da outorga, com o valor de R\$ 7,34 (sete reais e trinta e quatro centavos).

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica por ser um plano de ações.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica por ser um plano de ações.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica por ser um plano de ações.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica por ser um plano de ações.

Parcela Performance Share Unit (PSU)

a. Modelo de precificação

No Plano em questão foi utilizada simulação de Monte Carlo para se estimar o *fair value* da parcela do lote relacionada à PSU, uma vez que as regras adotadas levam em consideração índices (TSR) e valores de ação de outras empresas, que são considerados condições de performance de mercado.

Foi utilizado o modelo de Monte Carlo pois os outros tipos de método passíveis de aplicação (Binomial e Black & Scholes) não conseguem captar essas variáveis aleatórias (variáveis de incerteza) e as condições de exercício impostas pela condição de performance de mercado, sendo o Monte Carlo a opção adequada para realizar os cálculos dos valores justos (*fair value*).

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

<i>Outorga</i>	<i>29/03/2022</i>
Preço base	7,34
Preço de Exercício	NA
Volatilidade	53,99%
Dividendos	NA
Taxa de juros livre de risco	11,25%
Fair Value	R\$ 8,19

Como o contrato de outorga corrige o ganho do participante em função da distribuição de dividendos ao longo do período de carência, não é necessário fazer qualquer ajuste no valor do ativo outorgado em função da distribuição dos dividendos.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há premissas para considerar os efeitos de exercício antecipado porque o beneficiário não pode antecipar o resgate do plano e porque, uma vez atingidas as condições de carência, o resgate do plano é feito automaticamente.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade foi utilizado o método de “desvio padrão dos retornos diários”.
Para o cálculo da volatilidade, foi utilizado como base o histórico da Raízen até a data de 06/08/2021.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Foi incorporada, através da simulação de Monte Carlo, a probabilidade e percentual esperado de atingimento da meta associada a condições de mercado utilizados no programa - TSR Relativo (*Total Shareholder Return*), utilizando o índice IbrX50 da B3.

IPO Incentive

O plano em questão trata-se de um Plano de Ações Restritas parcialmente sujeito a Condições de Performance.

A parcela do primeiro lote estará sujeita apenas à permanência do participante durante o prazo de *vesting*, sendo considerada uma *Restricted Share Unit* (“RSU”). As parcelas seguintes (lotes 2 ao 5) estarão sujeitas à permanência do participante durante o prazo de *vesting* e do atingimento das Condições de Performance, sendo classificadas como *Performance Share Unit* (“PSU”). As informações serão apresentadas por parcela a seguir.

Parcela Ações Restritas (RSU)

a. Modelo de precificação

Como esta parcela é de ações liquidada em instrumentos patrimoniais, o valor justo (*fair value*) utilizado na contabilização é igual ao *valuation* da ação Raízen na data da outorga, com o valor de R\$ 7,57 (sete reais e cinquenta e sete centavos).

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica por ser um plano de ações.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica por ser um plano de ações.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica por ser um plano de ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica por ser um plano de ações.

Parcela Performance Shares (PSU)

a. Modelo de precificação

No Plano em questão foi utilizada simulação de Monte Carlo para se estimar o *fair value* da parcela do lote relacionada à PSU, uma vez que as regras adotadas levam em consideração índices (TSR) e valores de ação de outras empresas, que são considerados condições de performance de mercado.

Foi utilizado o modelo de Monte Carlo pois os outros tipos de método passíveis de aplicação (*Binomial e Black & Scholes*) não conseguem captar essas variáveis aleatórias (variáveis de incerteza) e as condições de exercício impostas pela condição de performance de mercado, sendo o Monte Carlo a opção adequada para realizar os cálculos dos valores justos (*fair value*).

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Outorga	12/07/2021
Preço base	7,57
Preço de Exercício	NA
Volatilidade	42,85%*
Dividendos	NA
Taxa de juros livre de risco	8,2837%*
Fair Value	R\$ 8,24*

* Como o programa possui quatro lotes, os valores apresentados na tabela mostram o valor médio das taxas utilizadas e valores encontrados.

Como o contrato de outorga corrige o ganho do participante em função da distribuição de dividendos ao longo do período de carência, não é necessário fazer qualquer ajuste no valor do ativo outorgado em função da distribuição dos dividendos.

Para a estimação da taxa de juros livre de risco, foram utilizados os contratos futuros de DI1 (Depósitos Interfinanceiros de um Dia), com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há premissas para considerar os efeitos de exercício antecipado porque o beneficiário não pode antecipar o resgate do plano e porque, uma vez atingidas as condições de carência, o resgate do plano é feito automaticamente.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade foi utilizado o método de “desvio padrão dos retornos diários”.

Para o cálculo da volatilidade, como a Raízen abriu capital recentemente e por isso possui um histórico muito pequeno, foi utilizado como base o histórico de volatilidade da empresa Cosan. As justificativas consideradas foram: (i) a proximidade entre setores de atuação e (ii) o fato da Cosan ser acionista de uma participação relevante da Raízen, o que indica que implicitamente o negócio da Raízen representava parte da volatilidade da Cosan.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Foi incorporada, através da simulação de Monte Carlo, a probabilidade e percentual esperado de atingimento da meta associada a condições de mercado utilizados no programa - TSR Relativo (*Total Shareholder Return*), utilizando o índice IbrX50 da B3.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Sociedade	Categoria	Exercício encerrado em 31/03/2022			
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Raízen S.A.	Ações Preferenciais	397.700	439.518	-	837.218
Raízen S.A.	Debêntures		690		690
Cosan S.A.	Ações Ordinárias	475.376	205.590	-	680.966
Cosan S.A.	American Depositary Shares (ADS)	4.140.850	-	-	4.140.850
Rumo S.A.	Ações Ordinárias		431		431
Rumo S.A.	Debêntures		448		448
Shell PLC	Ações Ordinárias	297.317	19.823		317.140
	American Depositary Share (ADS)	3.785	-	-	3.785
Raízen Energia S.A.	CRA	-	1.591	-	1.591

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,33	6,00
Nº de membros remunerados	0	6,00
Nome do plano	-	Plano de Aposentadoria Raiz
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	2
Condições para se aposentar antecipadamente	A aposentadoria antecipada só será concedida se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: - desligar-se da empresa; - ter, no mínimo, 55 anos de idade; - ter, no mínimo, 5 anos de tempo de serviço; "	A aposentadoria antecipada só será concedida se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: - desligar-se da empresa; - ter, no mínimo, 55 anos de idade; - ter, no mínimo, 5 anos de tempo de serviço; " - " A aposentadoria antecipada só será concedida se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	16.270.397,33
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	731.953,13
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Só terá opção de resgatar quando se desligar da empresa, então poderá receber à vista 100% do saldo de Conta de Participante, e desde que tenha mais de 3 anos de tempo de serviço, o maior valor entre o benefício mínimo e a parcela do saldo da Conta de Patrocinadora.	Só terá opção de resgatar quando se desligar da empresa, então poderá receber à vista 100% do saldo de Conta de Participante, e desde que tenha mais de 3 anos de tempo de serviço, o maior valor entre o benefício mínimo e a parcela do saldo da Conta de Patrocinadora.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx., mín. e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2020
Nº de membros	6,00	6,00	6,00	7,33	6,00	6,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	6,00	2,33	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	R\$ 17.936.091,66	12.357.528,85	8.544.346,90	R\$ 53.230.349,66	56.535.795,72	64.974.323,36	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	R\$ 2.342.430,42	846.340,89	3.724.393,06	R\$ 406.451,61	56.535.795,72	64.974.323,36	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	R\$ 8.124.689,18	6.312.948,22	6.224.670,29	R\$ 18.017.725,89	56.535.795,72	64.974.323,36	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/03/2022	Valores consideram a remuneração total (fixo + variável).
31/03/2021	Valores consideram a remuneração total (fixo + variável).
31/03/2020	Valores consideram a remuneração total (fixo + variável).

Conselho de Administração	
31/03/2022	Valores consideram a remuneração total (fixo + variável)
31/03/2021	Valores consideram a remuneração total (fixo + variável)
31/03/2020	Valores consideram a remuneração total (fixo + variável)

Conselho Fiscal	
31/03/2022	N/A
31/03/2021	N/A
31/03/2020	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização**13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Companhia adota uma política de Liberalidade Compensatória, a qual por exclusivo critério poderá, em casos específicos, realizar o pagamento de uma gratificação monetária, assim como extensão de benefícios aos executivos. Adicionalmente, na hipótese de desligamento involuntário do Presidente Executivo do Conselho de Administração, a Companhia garante a parcela fixa de sua remuneração até o final dos seus 180 meses de contrato (contados de sua assinatura, em 2011) e o pagamento do valor total de seu bônus.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2021/2022
Conselho de Administração	98%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	2020/2021
Conselho de Administração	100%
Diretoria Estatutária	23%
Conselho Fiscal	N/A

Órgão	2019/2020
Conselho de Administração	100%
Diretoria Estatutária	26%
Conselho Fiscal	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções**13.14- Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, qualquer remuneração paga a membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia por outras razões que não a função que ocupam nestes órgãos.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada**13.15- Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Exceção à remuneração global conjunta apresentada para a Companhia e para a Raízen Energia, cujos efeitos no resultado de cada uma delas são remediados por meio das notas de débito para reembolso pagos de uma parte à outra, conforme disposto no item 13.2 acima, os membros da administração da Companhia que exercem funções em outras sociedades do grupo não recebem qualquer remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas da Companhia em decorrência de suas atividades exercidas na Companhia.

Além disso, seguem abaixo quadros com as remunerações recebidas pelos nossos administradores, conforme reconhecidas no resultado de nossas controladas, nossos controladores e sociedades sob controle comum. Ressaltamos que tais valores foram pagos exclusivamente em relação à função exercida por tais administradores nas respectivas sociedades que reconheceram a remuneração em seus resultados.

Exercício social 2021'2022 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores	R\$ 35.725.649,04	-	-	R\$ 35.725.649,04
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2020'2021 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores	R\$19.273.521,00	R\$21.326.363,00	-	R\$40.599.884,00
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2019'2020 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores	R\$18.717.346,00	R\$13.383.175,00	-	R\$32.100.521,00
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.16 – Outras Informações Relevantes

13.16– Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que a Companhia não tenha apresentado nos itens anteriores.

RAÍZEN S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n.º 33.453.598/0001-23

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2022**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

(INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE RECOMPRA
DE AÇÕES PELA COMPANHIA)

Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos Econômicos esperados da operação	O objetivo do programa de recompra de ações é atender a obrigações decorrentes de planos de remuneração em ações da Companhia e maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma gestão eficiente de capital. As ações recompradas poderão, a critério da administração, ser posteriormente entregues aos beneficiários dos programas de remuneração baseada em ações, canceladas, alienadas ou mantidas em tesouraria.
Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria	A Companhia possui 1.246.412.032 ações preferenciais de sua emissão em circulação e não possui ações mantidas em Tesouraria.
Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas	40.000.000 ações preferenciais de emissão da Companhia.
Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver	A Companhia não utilizará derivativos nesta operação.
Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações	N/A, tendo em vista que a Companhia realizará a recompra das ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a preço de mercado, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade ações a serem adquiridas.
Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar: a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); e b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores	As aquisições de ações serão realizadas na B3, a preço de mercado.

Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade	O controle da Companhia não será impactado, tendo em vista que a recompra de ações terá como objeto ações preferencias sem direito a voto.
Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer ainda as informações exigidas pelo art. 8º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009	As aquisições de ações serão realizadas na B3, a preço de mercado, não havendo contrapartes previamente conhecidas.
Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso	As ações adquiridas no âmbito do programa de recompra serão mantidas em tesouraria, podendo, posteriormente serem utilizadas para atender a obrigações decorrentes de planos de remuneração baseado em ações. A decisão de cancelamento ou alienação de ações mantidas em tesouraria poderá ser tomada oportunamente e, em caso de alienação.
Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas	O prazo do programa de Recompra será de 18 meses, conforme previsto na legislação aplicável, iniciando em 07 de janeiro de 2022 e encerrando em 07 de julho de 2023.
Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver	I. Bradesco S/A CTVM, CNPJ 61.855.045/0001-32 Citigroup GMB CCTVM S.A., CNPJ 33.709.114/0001-64 II. Itaú CV S/A, CNPJ 61.194.353/0001-64 III. JP MORGAN CCVM S/A, CNPJ: 32.588.139/0001-94 IV. Merrill Lynch S.A. CTVM, CNPJ 02.670.590/0001-95 V. Santander CCVM S/A, CNPJ 51.014.223/000149 VI. XP Investimentos CCTVM S/A, CNPJ 02.332.886/0001-04
Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015	A recompra de ações será realizada por meio da utilização de recursos disponíveis nas contas de reserva de capital, com exceção das reservas especificadas no art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567/15. O saldo da conta de reserva de capital, conforme as Demonstrações Financeiras da Companhia com data-base de 30 de setembro de 2021 é de R\$ 10.319.615.000,00.

Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos.	Os membros do Conselho de Administração entendem que a situação financeira atual da Companhia é compatível com a execução do Programa de Recompra de Ações nas condições aprovadas, considerando sua posição de liquidez confortável com um controlado nível de alavancagem, que suportaria a execução do plano sem prejuízo ao cumprimento das obrigações assumidas com credores, plano de investimentos nem do pagamento de dividendos obrigatórios apurados na forma da lei.
---	--